



Anais da Assembléia

Nº 62

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1980

ANO VI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 60ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1980

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Mário Celso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Squarezi, Palácios, Paulo Camargo, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes e Gilberto Agibert Filho (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Fuad Nacli, Cyro Martins, Del Ciel, Jurandir Messias, Leônidas Chaves, Pinto Dias e Trajano Bastos (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM 37/80

Curitiba, 06 de junho de 1980.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva denominar "GOVERNADOR BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO", a Usina Hidrelétrica Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL.

Trata-se de homenagem das mais justas e merecidas, uma vez que o Doutor Bento Munhoz da Rocha Netto, quando no exercício do cargo de Governador do Estado, foi responsável pela iniciativa da criação do Fundo de Eletrificação do Estado do Paraná, através da Lei nº 1384, de 10 de novembro de 1953, o que veio assegurar recursos financeiros para decisivos passos no sentido da eletrificação do Estado. Baixou, também, em 24 de outubro de 1954, o Decreto nº 14.947, através do qual foi constituída a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL plantando as sementes da importante atividade que vem sendo desenvolvida por essa Empresa.

Com a criação da COPEL, sob a forma de uma sociedade de economia mista, destinada a planejar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, e com a definição de recursos financeiros para esse fim, o Governo do Paraná dava os primeiros passos para a execução do programa estadual de eletrifica-

ção, cujo mercado até então vinha sendo suprido, predominantemente por empresas particulares, todas elas com sede fora do Estado.

Em sua primeira Mensagem Anual à Assembléia Legislativa, o Doutor Bento Munhoz da Rocha Netto salientava, no capítulo relativo à energia elétrica, que "tudo está ainda em fase de estudos de dados e projetos para o futuro. As obras já iniciadas não possuem projeto e foram começadas apressadamente com todos os inconvenientes dos serviços assim atacados. Tudo indica que devemos nos aparelhar com melhor pessoal e material e elaborar os projetos como devem ser, para depois nos aventurarmos às execuções com segurança e conscientes da nossa grande responsabilidade".

Engenheiro, professor, parlamentar, Governador e Ministro de Estado, Bento Munhoz da Rocha Netto foi um estudioso dos problemas paranaenses que administrou seu Estado com segurança e antevisão do futuro, cujas dimensões hoje se traduzem no porte de uma central hidrelétrica do tipo de Foz do Areia, destinada a quintuplicar, nesta década, a potência no Estado. Na Introdução da Mensagem acima aludida, ele frisava, textualmente: "numa fase como a que o Paraná atravessa, é tremenda a responsabilidade de seu governo, cuja ação pode acelerar ou retardar o progresso que tomou conta do Estado. Quase nada deve ser rotina na ação governamental, que é exigida em todos os setores, devendo haver um senso profundo da realidade, para dirigir a ação do Governo no sentido das realizações mais urgentes e decisivas, isto é, daquelas iniciativas que irão repercutir longamente na vida do Estado. Ao governo compete prever e, assim, evitar que os problemas venham a apresentar-se já em sua fase angustiante, quando então, a solução premida pelas circunstâncias de urgência, não poderá ser a melhor. No Paraná, onde a iniciativa particular é preponderante e onde, ao contrário dos velhos hábitos brasileiros, não se espera da ação providencial do governo para resolver todas as situações e todos os problemas, cabe ao Poder Público disciplinar e orientar a expansão das atividades particulares, diminuindo o afastamento entre a expansão social e econômica e a assistência dos órgãos administrativos. Essa separação é fatal nas regiões pioneiras, em que a iniciativa privada opera verdadeiros milagres. Todo o esforço dos que têm responsabilidades na administração pública, será no sentido de diminuir essa separação. Nenhum governo constrói ou realiza para o seu período. Seria a maior das confissões da própria incapacidade".

Hoje, quando os problemas da energia se apresentam como um verdadeiro desafio, é gratificante saber que o Governo de Bento Munhoz da Rocha Netto foi precursor no planejamento da Hidrelétrica de Capivari-Cachoeira, da primeira concorrência pública para a construção da Usina Termo-Elétrica de Figueira, com o aproveitamento do carvão paranaense, e nos estudos para a exploração do xisto de São Mateus do Sul.

As apontadas iniciativas do Doutor Bento Munhoz da Rocha Netto, assinalaram o início de uma ação mais ampla e efetiva do Governo do Estado no setor da energia elétrica, proporcionando as condições básicas para sua expansão.

Assim, Sr. Presidente, impõe-se reconhecer e enaltecer o trabalho pioneiro desenvolvido pelo ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Netto, mormente no campo da energia elétrica.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência minhas expressões de estima e consideração.

a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.^o — Fica denominada "GOVERNADOR BENTO MUILOZ DA ROCHA NETTO" a Usina Hidrelétrica Foz do Areia, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

Art. 2.^o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Sr. MARCELINO MENEGUZZI, ocorrido em Cascavel, no dia 5 do corrente mês.

a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

O falecimento do Sr. Marcelino Meneguzzi deixou consternada a população da região oeste do Paraná, onde o mesmo gozava de elevado conceito.

Oriundo do sudoeste, região que também lastima a sua perda, o falecido estava radicado em Cascavel há aproximadamente dez anos.

Pela exemplar vida comunitária, religiosa e comercial, Marcelino Meneguzzi deixou um claro nos círculos de amizade de que privava.

Consistindo o seu passamento numa perda muito grande para Cascavel, cidade que representamos nesta Casa, e também para as regiões sudoeste e oeste de nosso Estado, nada mais justo que a Assembléia Legislativa do Estado lhe renda esta última e sincera homenagem.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento da ex-Deputada ADALGISA NERY, ocorrido no Rio de Janeiro.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Renato Bernardi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após anuência do Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo passamento do ex-Deputado BELMIRO TEIXEIRA PIMENTA, ocorrido em Cuiabá.

Requer, outrossim, dar-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Renato Bernardi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos legislativos do dia de hoje, um voto de aplausos ao órgão "A HORA DO ESTUDANTE", editado pela União Paranaense dos Estudantes de 1.^o e 2.^o Graus, pela linha independente, objetiva e crítica que

vem adotando.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Após o lançamento de um número experimental, mas com formas práticas e objetivas, a HORA DO ESTUDANTE partiu para uma definição geral, permanecendo em seu rumo altamente democrático e independente. Faz um trabalho jornalístico sério e inteligente, mostrando que o estudante está alerta aos problemas nacionais.

As críticas publicadas trazem em seu todo um sentido de positivismo, revelando críticas construtivas.

Aproveito parte do Editorial da edição n.^o 1 para a justificativa deste requerimento: "O jornal "A Hora do Estudante" se coloca ao lado de seus representados, lutando por seus direitos e interesses. Mesmo que para isso tenhamos que brigar com o Céu e a Terra! Doa a quem doer, temos — todos nós — que defender a nossa classe. Todas as dificuldades e sofrimentos pelos quais passamos, nossos pais também passam. O problema de um é causa do problema do outro. Eles, são os trabalhadores. Portanto, sempre estaremos ao lado dos trabalhadores, nossos pais. Os oprimidos são a maioria da força do trabalho brasileiro.

O que for bom para ela, defenderemos. Isso porque, o que é bom para a maioria, jamais será injusto para a minoria dominante.

Afinal, a justiça não se dá através das leis, mas sim através da realidade. Manteremos uma linha de editorial e redatorial que esteja próxima dos estudantes. Pretendemos um jornal dinâmico. Com a participação de todos. É de nossa pretensão torná-lo uma tribuna de denúncias, debates e esclarecimentos. Este é o seu jornal, secundarista. De pensamento progressista. Leia-o. Discuta-o. Critique! E por isso, ele se declara livre, sem censura e democrático!"

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de um voto de aplausos à Firma Hermes Macedo que apesar de todas as dificuldades nunca desanimou e seu espírito de empresário sempre acreditou no Paraná e no futuro.

Requer igualmente que da deliberação da Assembléia seja dada ciência ao Deputado Hermes Macedo, à Direção da Empresa e às suas filiais de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Wilson Fortes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com respaldo do Plenário, REQUER a consignação de um voto de regozijo desta Casa ao Senhor Benedito Moreira que nesta data recebe o título de Cidadão Honorário de Jacarezinho.

Requer, outrossim que da deliberação desta Casa seja dada ciência ao Senhor Benedito Moreira, ao Senhor Prefeito de Jacarezinho, Dr. Sebastião Manoel dos Santos e ao Presidente da Câmara de Vereadores Senhor José Cher.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Wilson Fortes.

JUSTIFICATIVA:

A outorga de Cidadania Honorária ao Senhor Benedito Moreira, representa uma gratidão a um homem, a um político e a um administrador da cidade de Jacarezinho. As li-

deranças políticas de hoje reconhecem o trabalho daquele que no passado dirigiu os destinos daquele município por duas vezes, bem como da cidade de Cambará.

Benedito Moreira pelo seu trabalho e dedicação à causa pública soube grangear a simpatia e a gratidão de sua geração.

A manifestação desta Assembléia justifica-se plenamente, pois ele foi deputado estadual, onde soube defender os interesses do Norte Pioneiro e por estas razões é que submetemos à deliberação dos nobres Deputados o presente voto.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor ao DR. JOSÉ FONTES DE NORONHA, ex-eminente Chefe da 19.^a Unidade Sanitária da cidade de Jacarezinho.

Juntam-se também à presente homenagem os atuais Prefeitos e ex-Prefeitos, Vereadores e Líderes Políticos da região, expressando também seus votos de reconhecimento e louvor pelos relevantes trabalhos prestados como profissional dentro de sua área de trabalho, atendendo com grande dedicação e carinho a população carente.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao homenageado, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social.

O homenageado atualmente trabalha na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social nesta Capital.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 10 de junho de 1.980.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Gabriel Manoel.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos regimentais desta Casa, um voto de congratulações ao Movimento Jovem denominado de "Juventude Cristã Democrática."

Outrossim, requer que do presente se dê ciência aos responsáveis.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Gabriel Manoel.

JUSTIFICATIVA:

O grupo acima mencionado, vem realizando um trabalho sério de concientização da juventude paranaense, transmitindo uma mensagem otimista, procurando trazer o jovem de volta para o debate político.

Juventude Cristã Democrática, "UMA NAÇÃO JOVEM COM UMA JUVENTUDE CONSCIENTE", se precisasse de mais alguma justificativa, só a grandeza deste slogan já seria o suficiente.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública e Diretor da Polícia, enfatizando a necessidade de serem tomadas as providências solicitadas pela Associação Comercial e Industrial de Maringá quanto à precariedade do instrumental de que dispõe os órgãos de segurança pública

naquela cidade, além do estado de total insegurança por que passa Maringá atualmente.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Renato Bernardi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, atendidas as formalidades regimentais e ouvido o douto Plenário, REQUER, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário de Educação e Diretor de Assuntos Universitários encaminhando denúncias feitas pela Câmara Municipal de Apucarana, subscritas pelo nobre Vereador Carlos Scarpelini quanto a administração da Faculdade de Ciências e Letras daquela cidade.

O teor das denúncias é tão pesado que não pode haver omissão por parte dos órgãos estaduais quanto ao problema.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Renato Bernardi.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Súmula:

-REQUER, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, General João Baptista de Figueiredo, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, aos Excelentíssimos Senhores Ministros do Planejamento, das Minas e Energia, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Petrobrás, ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Planejamento do Estado, ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Indústria e Comércio do Estado, o expediente anexo sobre o aproveitamento e agilização do Programa PROALCOOL, com vista a disseminação das microdestilarias em nosso Estado e em todo Território Nacional.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício a todas autoridades mencionadas, a fim de que envidem todos os esforços em favor da disseminação Nacional das microdestilarias, não somente no Paraná, mas em todo território brasileiro e concedam aberturas de linhas de créditos, apoio e incentivos, com intuito de viabilizar e agilizar a produção de álcool carburante em pequenas destilarias, como alternativa para substituir a gasolina, único meio efetivo de alcançarmos a redenção econômica no País.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Valduga.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Secretário da Cultura e Esportes, Sr. Luiz Roberto Soares, solicitando ao mesmo que determine a construção de um polo esportivo no Município de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Carlos Zanlorenzi.

JUSTIFICATIVA:

Temos nesta cidade um enorme número de estudantes que viriam a ser beneficiados com esta obra, podendo assim praticar as modalidades esportivas que são oferecidas por estes polos. Salientamos ainda que foram construídos 11 polos esportivos em nosso Estado, sem que a região sul fosse incluída entre as cidades que tiveram este benefício.

Assim sendo, nada mais justo que esta reivindicação,

pois Rio Negro é praticamente a cidade que abriga os estudantes da maioria dos municípios desta região do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Sr. Presidente do Tribunal Eleitoral, para que o mesmo designe um Preparador Eleitoral para prestar serviços nesta Casa.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Carlos Zanflorezi.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o grande número de pessoas que procuram aqui a obtenção de seu título eleitoral, esta atitude viria facilitar e beneficiar toda população que necessitasse desse serviço.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o duto Plenário, seja encaminhado ofício ao Senhor Secretário de Estado dos Recursos Humanos, bem como ao Senhor Governador do Paraná, solicitando que seja incluído no plano de reclassificação de cargos do Estado a profissão de Biólogo.

Solicita também, uma vez aprovado o presente requerimento, seja encaminhado, em anexo, ofício circular n.º 02/80 da Associação de Biólogos do Paraná, esclarecendo os detalhes da solicitação.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Mário Celso.

JUSTIFICATIVA:

Atendendo apelo dos biólogos, através da Associação dos Biólogos do Paraná, estamos solicitando a inclusão no plano de reclassificação de cargos do Estado do Paraná da profissão de Biólogo.

O próprio ofício n.º 02/80 da entidade classista explica com maior clareza os reclamos. Assim, anexamos o mesmo ao requerimento, na certeza de uma especial atenção de nossa administração pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício ao Diretor da PARANATUR, Sr. ERNESTO VALENTE GUBERT, solicitando informações sobre a exploração da Ilha do Mel.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Nestor Baptista.

JUSTIFICATIVA:

Cada dia que passa tem se verificado no mundo inteiro uma consciência maior por parte da população na defesa do meio ambiente.

Nos países europeus as pressões populares foram tão intensas que as autoridades tiveram de tomar com mais intensidade medidas objetivas para a sua preservação.

Aqui no Brasil, também as autoridades deveriam estar preocupadas, mas não estão. Aqui, estão brincando com o povo brasileiro.

No ano passado, o Governo Estadual promoveu uma campanha para desviar a atenção da população que se denominou como o "Dia da Queixa". Será que isto resolveu? Não, e o Governo sabe disso. Aliás, foi o próprio Governo que des-

viando a atenção do povo paranaense para esse tal "dia da queixa", cometeu uma das mais violentas agressões ao meio ambiente paranaense ao permitir que a Braskraft iniciasse sua implantação no Município de Sengés. Esta mesma Braskraft que não pôde se instalar em São Paulo por ser uma indústria altamente poluente. Na época, em São Paulo, aconteceram os primeiros comícios ecológicos do País.

Este ano, novamente veio o Governo desviando a atenção do povo paranaense pedindo para se preservar o meio ambiente, quando ele é hoje, o maior criminoso que existe com relação ao meio ambiente.

No dia mundial do meio ambiente se cometeu um crime ecológico neste País que irá ficar nas páginas negras de nossa história. O Presidente da República autorizou a implantação de duas usinas nucleares no litoral sul do Estado de São Paulo. E, também, na semana do meio ambiente temos a notícia de que a nossa "ILHA DO MEL" o Governo irá permitir a implantação de um pólo turístico com capital estrangeiro, e, pasmem, com a PARANATUR dizendo que a construção de hotel, parques, etc., não irá afetar o meio ambiente da ilha.

Se esta afirmação da PARANATUR for verdadeira a nós cabe, talvez, concordar com o grande estadista francês Charles De Gaulle que certa vez disse que este não era um País sério, a nossa geração está constatando que pelo menos as autoridades não o são.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 77/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná fiscalizará os atos do Poder Executivo, inclusive os da administração indireta obedecido o processo estabelecido nesta lei, sem prejuízo da fiscalização exercida com fundamento em outros dispositivos constitucionais.

Art. 2.º — A fiscalização será exercida:

a) quando se tratar da administração centralizada, sobre todos os atos administrativos, excetuando os regulamentos;

b) quando se tratar da administração indireta, que para os efeitos desta lei compreende autarquias, as sociedades de economia mista, as empresas públicas e as fundações, sobre os atos de gestão administrativa, patrimonial e financeira.

PARÁGRAFO ÚNICO — A fiscalização cingir-se-á aos aspectos de legalidade dos atos, inclusive os concernentes ao desvio de finalidade, abuso de direito e fraude à lei.

DO ÓRGÃO INCUMBIDO DA FISCALIZAÇÃO

Art. 3.º — Fica instituído como órgão da fiscalização, uma Comissão Permanente denominada "COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE".

§ 1.º — A Comissão de Fiscalização e Controle será integrada por 7 (sete) membros, observado, para a sua composição o critério de proporcionalidade partidária.

§ 2.º — A indicação dos membros desta comissão obedecerá às normas regimentais que disciplinam a composição das Comissões Permanentes.

DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO

Art. 4.º — Para o cumprimento de suas atribuições a Comissão de Fiscalização e Controle poderá:

§ 1.º — Convocar Secretários de Estado, funcionários civis e militares e dirigentes de entidades da administração indireta, na forma regimental;

§ 2.º — Solicitar, por escrito, informações à administração indireta e à direta sobre matéria sujeita a fiscalização;

§ 3.º — Promover a tomada de depoimentos e a inquiri-

ção de testemunhas;

§ 4.º — Requisitar documentos públicos necessários à elucidação do fato, objeto da fiscalização;

§ 5.º — Providenciar a efetuação de perícias e diligências.

1) Somente a Mesa da Assembléia Legislativa poderá dirigir-se ao Governo do Estado para solicitar informações de interesse da Comissão de Fiscalização e Controle.

2) Serão concedidos prazos não inferiores a dez dias para cumprimento das convocações, da prestação de informações, depoimentos de testemunhas, requisição de documentos públicos e realização de diligências e perícias.

3) O descumprimento do disposto na alínea anterior ensejará a apuração de responsabilidade do infrator, de acordo com a legislação processual pertinente.

4) Quando se tratar de documentos de caráter sigiloso, classificados como reservado ou confidencial, serão anunciados com estas classificações, as quais deverão ser rigorosamente observadas, sob pena de responsabilidade de quem os violar, apurada na forma da lei.

Art. 5.º — Ao concluir a fiscalização, a Comissão fará relatório circunstanciado, com indicação, se for o caso, dos responsáveis e das providências cabíveis, devendo sobre o mesmo manifestar-se, por maioria, o Plenário da Assembléia Legislativa, através de voto.

Art. 6.º — As despesas destinadas ao funcionamento da Comissão de Fiscalização e Controle, ora instituída, correrão à conta das dotações orçamentárias da Assembléia Legislativa.

Art. 7.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

Apesar da existência da Lei n.º 6765 a qual dispõe sobre a fiscalização financeira do Poder Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, nas entidades paraestatais, inclusive fundações o presente projeto de lei, vem dar maiores poderes ao Poder Legislativo de fiscalizar as mesmas, num momento que todos desejam a volta ao Estado de Direito onde o Poder Legislativo não mais esteja atrelado ao Poder Executivo e que seja o mesmo totalmente independente exercendo de fato e de direito a sua função fiscalizadora dos atos administrativos das empresas paraestatais e fundações.

Devemos ressaltar aqui a existência de um vasto número de entidades da administração indireta, exige um trabalho vigilante e severo a cargo dos parlamentares sem o que os atos praticados pelos dirigentes de tais órgãos jamais sofrerão o crivo atento e perspicaz dos Deputados, em nome do interesse público.

Ademais, não necessitamos nos prender às presentes justificativas, pois o teor do presente projeto de lei em si, já justifica a sua apreciação e aprovação pelos nobres parlamentares desta Casa Legislativa.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NELSON BUFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos sinceramente preocupados com a notícia que chegou ao nosso conhecimento de um edital de n.º 22/80, do dia 23 de maio passado no qual o SPU, "Serviço de Patrimônio da União", numa atitude que nos causa espécie, surpresa e indignação, resolve ceder por aforamento a Air-

ton João Cornelsen e outros, a principal faixa, a principal área que existe na Ilha do Mel, principalmente porque é a área que fica de frente para o mar. Com exceção apenas, da área ocupada pela capitania dos portos e pelo serviço de praticagem.

Esse edital, dá o prazo de 90 dias para que moradores daquela ilha, nativos, portanto pessoas que lá nasceram, seus avós, seus antepassados que até hoje estão vivendo naquele local, possam defender-se do teor deste edital dentro desse prazo, ou seja, 90 dias.

A nossa preocupação é tamanha, que estamos enviando um expediente ao Sr. Governador, que temos certeza, não está a par desses acontecimentos e mesmo porque há uma grande e incontida revolta na cidade de Paranaguá.

Pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Ilha do Mel há muito tempo vem sendo defendida por Deputados desta Casa, inclusive o Deputado Paulo Camargo, que como notícia o Jornal "Diário do Paraná" de hoje, Agressão à Ilha do Mel, é um artigo do qual eles fazem menção ao Deputado Paulo Camargo que quis transformar em reserva biológica e, o arquiteto Rubens Meister, numa anti-urbi, a Ilha do Mel.

E, nós estamos verificando hoje que esse edital do SPU, do órgão competente, órgão Federal, Serviço do Patrimônio da União que transfere pura e simplesmente, a Airton João Cornelsen e outros, toda aquela faixa, alijando de lá consequentemente os moradores que têm direitos líquidos e assegurados.

Estamos enviando um expediente ao Governador, que está assim redigido. Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ciência e aprovação do Plenário, REQUER seja enviada comunicação ao Senhor Governador do Estado, alertando-o bem como para que tome conhecimento da grande revolta que vem causando ao povo paranaense, o Edital n.º 22/80, datado de 23 de maio próximo passado e expedido pelo Serviço de Patrimônio da União, o qual, permite a cessão por aforamento, ao Sr. Airton João Cornelsen e outros, de determinada área da Ilha do Mel, a mais valiosa por ser de frente para a praia, a exceção da ocupada pela Capitania dos Portos e Praticagem.

Permitir essa cessão, Sr. Presidente, é dar o golpe mortal em um dos últimos locais onde a depredação humana ainda não chegou. A Ilha do Mel merece, com todas as honras, a adjetivação de paraíso terrestre, por ser um local privilegiado pela natureza.

Temos a impressão que o Senhor Governador desconhece esta pretensão que para nós constitui-se numa aberração.

Mesmo sem pesquisar mais detidamente o assunto nos causa preocupação o referido Edital, que concede noventa dias para que os moradores da Ilha do Mel, quase todos nativos do local contestem o que ele traz em sua redação. Mesmo porque o titular do Serviço de Patrimônio da União se encontra ausente em viagem à Europa e, assim, não podemos melhor nos informar.

A Ilha do Mel pertence ao Município de Paranaguá, e, como seu representante neste Legislativo, deixo claro o meu posicionamento contrário à cessão pretendida.

Segundo o comentário corrente, haveria uma pretensão do Governo, através de seu órgão competente, tomba a Ilha do Mel como patrimônio do Estado, nos moldes do que foi conseguido com a Ilha de Paqueta no Rio de Janeiro.

Que este requerimento também sirva de apelo neste sentido, Sr. Presidente, pois somente assim, estaremos libertos da ambição desmedida dos que desejam explorar aquilo que é um recanto dos mais caros a nós paranaenses.

Sala das Sessões, em 10 de junho de 1.980

a) Nelson Buffara."

Tenho certeza que esse requerimento tão logo chegue ao conhecimento do Sr. Governador, determinará medidas para coibir tal abuso que, para nós, se constitui na maior injustiça que se faria com o recanto mais bonito do nosso litoral.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, no Pequeno Expediente.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Já numa oportunidade ocupei esta tribuna, para pedir energias providências dos organismos de Segurança Pública do Paraná, no tocante ao clima de intranquilidade porque passava a cidade de Maringá. Observando-se naquela oportunidade, Sr. Presidente, até batalhas abertas entre marginais, de terno e gravata, representando o interesse de grupos antagônicos de exploradores do jogo do bicho, do lenocídio e outras coisas semelhantes.

Os órgãos de segurança, Sr. Presidente, que têm a capacidade extraordinária de ver entraves à segurança política em todos os setores, não têm a mesma capacidade e a mesma agilidade para descobrir quais foram os autores das explosões que ocorreram em Maringá, em plena madrugada, estourando-se explosivos de uso privativo das Forças Armadas.

E, agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encaminho à apreciação da Casa o seguinte requerimento, tendo por base um memorial que a Associação Comercial e Industrial de Maringá encaminha às autoridades estaduais, pedindo um "basta" ao clima de insegurança, incerteza e intranquilidade por que passa todo o Norte do Estado do Paraná, principalmente a cidade de Maringá. (Lê):

"Maringá, 02 de junho de 1.980.
Ofício n.º 162/80.

Em março do ano corrente, esta entidade recorreu ao Secretário da Segurança Pública, dando conta dos graves problemas que atravessamos, relacionados à onda de assaltos que ameaçam a integridade física e patrimonial do cidadão maringense, conforme cópia em anexo.

Talvez por nossos reclamos e por influência direta do Prefeito, no mês de maio, foram empossados um novo Delegado Titular e um Adjunto, os quais têm, conforme estamos assistindo, demonstrado empenho no exercício de suas funções.

Apesar de todo trabalho dos novos titulares, não acreditamos que os nossos problemas sejam resolvidos pois "uma única andorinha não faz verão". Aliás, até atentado contra a vida já sofreram.

Como bem se sabe Excelência, Maringá em si, não é uma grande cidade e sua população não deve ultrapassar 250 mil habitantes, mas, inegavelmente, é um pólo regional que abriga mais de 2,5 milhões de habitantes. Seus problemas são metropolitanos. Crise econômica, lavoura mecanizada, estatuto do trabalhador rural, bóias-frias, tóxicos, prostituição, assaltos, violência se somando num quadro dantesco e horripilante.

É claro que a gênese dos problemas está localizada na estrutura econômica, mas como esta não parece que irá sofrer mudanças expressivas, a alternativa é reforçar a segurança ou, pelo menos, adequá-la à nossa cidade."

"Maringá necessita de mais policiais, mais viaturas, mais espaço físico, pois, as condições atuais são prá lá de precárias e não é exagero dizer que estamos à mercê dos assaltantes.

Aliás, falamos com carimbo e firma reconhecida, pois a ACIM foi também assaltada na madrugada do dia 22 de maio, conforme certidão inclusa. Na mesma noite, os ladrões

entraram na loja João Vargas de Oliveira S/A, na Relojoaria Omega, além de tentativas frustradas em outros estabelecimentos vizinhos que ficam em plena Avenida Brasil.

Acredite, Excelência, as condições da polícia local são lastimáveis, paupérrimas e alarmantes. Os marginais não ignoram tal fato e tiram partido da situação.

Clamamos por providências e estamos certos de sermos distinguidos com vosso empenho em favor de nossa querida cidade.

Ao ensejo, reiteramos nossos votos de consideração elevada e sincera, acrescida de simpatia e acato.

Cordialmente — Associação Comercial e Industrial de Maringá.

a) Altair Niero — V. Presidente
Odilon Pupulin — 1.º Secretário"

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando a própria Associação Comercial e Industrial de Maringá vem e localiza a gênese da crise de delinquência e marginalização, em cima da estrutura econômica, porque passamos, mas também acredita que essa mudança não se fará a curto prazo, então, é necessário que, ao menos, as autoridades disto tomem consciência e dêem uma qualidade de vida um pouco melhor à população sofrida do Interior.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inúmeros são os frutos da dadivosa árvore do regime autoritário. Mas, entre esses frutos mais violentos, temos a Lei de Segurança Nacional que, se manifestando em todos os setores da vida nacional, põe sua garra não legal, sua garra imposta, sobre diversas atividades.

Sob o conceito de Segurança, tivemos, depois de 1.964, a declaração como áreas de Segurança, diversos municípios deste País e, particularmente na fronteira com outros países.

Sob o conceito de Segurança, se passou a considerar os cidadãos de fronteira como cidadãos de segunda classe, sem condições, sem capacidade sequer para eleger os seus prefeitos.

Sob a alegação de Segurança, essas pessoas da fronteira, essas pessoas que o Governo teima em tê-las como de segunda classe, essas pessoas foram totalmente alijadas do processo eleitoral.

Mas, naturalmente, ainda sob o pretexto de Segurança, fomos criando os biônicos. Primeiramente, os biônicos das fronteiras e das áreas de Segurança, das cidades declaradas de Segurança Nacional. Depois, os governadores biônicos. Mais tarde, os senadores biônicos.

E, ao que tudo leva a crer, também agora, com a provável prorrogação de mandatos, ou intervenção, de segunda classe passarão a serem todos os brasileiros, assim como já o são aqueles das áreas mencionadas.

Muitos e muitos casos têm vindo a esta Assembléia, sobre o problema de nomeações de prefeitos, nas áreas chamadas de Segurança.

Lembro que, há poucos dias, da tribuna, o nobre Deputado Tércio Albuquerque, ainda levantava sua voz em defesa do Sr. Prefeito e criticava assessores do Sr. Prefeito, pela insensibilidade com que tratam a população de Foz do Iguaçu.

Final, pessoas estranhas à sociedade são levadas, não pelo voto, mas pela nomeação a gerirem os negócios da municipalidade.

Srs. Deputados, talvez pudéssemos até admitir discutir o problema de Segurança Nacional, com nomeações vindas de cima, se, para esses cargos, assim como pretendia o Gene-

ral Geisel quando inventou os senadores biônicos, se para esses cargos fossem pessoas que lá se comportassem como juizes, sem serem partidários de um, ou do outro lado.

Afinal, tendo recebido de graça um cargo, era de se esperar que se comportassem apartidariamente. Mas, o que aconteceu, assim como os biônicos do General Geisel são o que são, não conseguiram melhorar um centímetro sequer na cultura de nosso Parlamento, pelo contrário, estão a desmerecer o Senado Federal, também a nível de prefeituras municipais, também temos visto, em todos os lugares, em todo o Brasil, reclamações, cada vez mais, se fizerem presentes.

Srs. Deputados, acabo de chegar do Sudoeste e coincidentemente estive, no último domingo, acompanhando o Senador Pedro Simon do Rio Grande do Sul, o Senador José Richa e o Deputado Sebastião Rodrigues na cidade de Santo Antônio do Sudoeste, e consegui ver a revolta, a total revolta não só dos nossos companheiros, aliás nossos companheiros estão de cabeça erguida, porque sempre criticaram as nomeações, mas a total revolta e, procurado fui por lideranças do próprio Partido da Situação, por não concordarem que no seu município, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, município que já forneceu a este Parlamento, inclusive Deputado, município este dos mais tradicionais da nossa região, dos mais antigos, tem agora um Prefeito nomeado, um interventor vindo de outras cidades e aquelas lideranças do próprio Partido do Governo ao me procurarem, manifestaram o seu desagrado e o mesmo ocorreu, Srs. Deputados na cidade de Planalto, onde um homem que não era de lá, geria os negócios daquele município, foi trocado não por um homem daquele município, mas um homem que veio de outro município.

Quero deixar bem claro que conheço os dois interventores que foram nomeados e nada há de pessoal contra esses dois novos prefeitos. Pelo contrário, os reconheço pessoas honradas e que no desempenho de seus cargos como prefeitos de municípios outros, o desempenharam bem.

Mas o que não se pode admitir, Srs. Deputados é que se repita o que sistematicamente se vem fazendo, ora é Foz do Iguaçu recebendo pessoa que não é da sua cidade; é Capanema recebendo um ex-prefeito de Cornélio Procopio; é município de Planalto onde, recebendo um padre que era aqui de Curitiba, e hoje recebendo um prefeito que era de outro município.

E agora o município de Santo Antônio recebendo um ex-prefeito de Santa Izabel do Oeste.

É natural, Srs. Deputados, que toda a sociedade se revolte, porque afinal de contas, o Governo está a passar um atestado não só de incapacidade, àqueles cidadãos que já são considerados de segunda classe, mas está passando um atestado de que naquela terra não existem homens capazes de gerir os destinos de seus próprios municípios.

Isso é um verdadeiro tapa em toda uma sociedade e a revolta dos líderes, dos homens do Governo, se justifica, porque afinal de contas, a cerca de dois anos, o Partido Governista reuniu os seus líderes e as suas diversas facções e promoveu uma eleição interna, da qual saiu uma lista tripla e os três nomes indicados ao Governo foram gritados. Gritados por quem? Pelo Governo Federal. Serão eles corruptos? Serão eles subversivos? Serão eles indicados em lista tripla, pessoas que não merecem o apoio dos seus líderes partidários, ou serão pessoas que não mereçam a confiança do senhor Governador? Quem, afinal de contas, é responsável por esse tapa na sociedade de Santo Antônio e de Planalto?

Concedo o aparte ao Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Deputado Deni Schwartz.

Vossa Excelência traz à discussão um assunto que seguramente tem sido aqui debatido e não só aqui, mas acre-

dito que em todos os Paramentos do Brasil, depois que o regime ilegítimo de 64 resolveu adotar como norma em alguns municípios, discricionariamente relacionados para como numa verdadeira "capitis diminutio" fazer com que alguns municípios do nosso Estado e do Brasil fossem impedidos de elegerem seus prefeitos.

A bem da verdade, é necessário que se diga que o resíduo de democracia, podemos dizer assim, que ainda aos outros municípios perdurava, porque os outros municípios podiam eleger seus prefeitos, algumas áreas foram ou ficaram sistematicamente impedidas e absorvidas por inteiro dentro do poder de arbítrio e de discricionamento que se estabeleceu a partir de 1964.

Dos municípios citados por Vossa Excelência, Santo Antônio e Planalto e outros do Paraná, temos assistido verdadeiras aberrações não propriamente quanto à eficiência desses Governos, mas, mais particularmente quanto às condições de escolha dos nomes que integram a essas administrações, podemos dizer assim, biônicas.

Vossa Excelência citou muito bem, há pouco tempo atrás, a ex-Arena, convocava suas lideranças em todos os municípios da área de segurança do Paraná e, a direção estadual da ARENA então, com a presença do hoje Senador Afonso Camargo, realizava convenções municipais, para escolha de listas triplíceis.

Decorrido o tempo, constatou-se que, efetivamente, a classe política que dava sustentação ao Governo, foi totalmente relegada a segundo plano e as substituições, as poucas substituições que se operaram aos então donatários, não obedeceram ao critério da escolha do próprio partido que dá sustentação ao Governo ou que dava sustentação política ao Governo.

O outro critério incompreensível é exatamente este de não retirar da própria comunidade, um cidadão com mais conhecimento de causa, servir de administrador.

Então hoje, nós constatamos de que efetivamente essa muito longe ainda, longe mesmo de nós termos uma efetiva abertura democrática. Porque se propaga e se defende um regime democrático é evidente de que uma excrescência como essa dos municípios de área de segurança nacional, não pode perdurar e, a troca desses homens pelo contrário, de significar um ponto positivo, eu acredito que é um ponto negativo, porque não é trocando o nome do administrador que se vai dar novo alento a essas populações.

Acho que esta medida como disse Vossa Excelência, é mais negativa, porque mais uma vez é uma demonstração evidente de que o Governo quer manter esta excrescência e além disso, ferir ainda mais todos os integrantes daquelas comunidades ao teimar em colocar lá gente estranha, corpos estranhos ao próprio município.

Então, a autonomia municipal é ferida duplamente: primeiro porque ela mesma não consegue escolher seu representante e em segundo lugar porque é colocado dentro dela, alguém que não teria condições mínimas de realmente ser o administrador.

Devo dizer a Vossa Excelência então, de que para mim respeito a interpretação de outros mas para mim, efetivamente nós estamos muito longe de chegar a uma abertura democrática. Porque sinto que nesse episódio, nessa demonstração, o sistema está mais vivo e mais atuante do que nunca, o sistema arbitário, o sistema ditatorial, o sistema que ainda, incompreensivelmente, vê o problema de área de segurança nacional em municípios como Planalto e Santo Antônio do Sudoeste.

Devo dizer a Vossa Excelência que sou verdadeiramente incrédulo de que se restabeleça nesses municípios, apesar da movimentação não só dos Partidos de Oposição, mas de grandes contingentes do próprio Partido de sustentação ao

Governo, porque é um terreno em que o regime de ilegitimidade é tão teimoso e, vamos dizer assim, tão radical, ao ponto de cometer mais uma insanidade, simplesmente trocar os nomes.

Acredito que, não para defender os nomes existentes, mas até aqueles cidadãos se integrarem naquelas sociedades porque o sentimento de rejeição é patente; sempre que um novo ditadorzinho é nomeado, o sentimento de rejeição naquelas comunidades é evidente, não só nas demonstrações públicas, mas naquilo que aquelas comunidades podem fazer para repelir o arbítrio e a prepotência, ao considerá-los incompetentes e incapazes para auto-gestionar-se.

Então, acredito de que até que estes novos elementos se integrem naquelas comunidades, seria muito melhor, então, que deixassem os atuais, porque de uma maneira ou de outra, eles estão integrados.

Devo dizer então, a Vossa Excelência, para concluir o aparte, que não defendo os nomes existentes, absolutamente. Mas, vejo um prejuízo evidente: os que já estão, por força dos longos anos, mais de dez, doze, treze, quatorze anos, por menos competentes que fossem estão integrados naquelas comunidades. Agora, os que entram, e agora nesta fase em que a sociedade civil busca uma participação, o sentimento de rejeição será muito maior.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Um momento, nobre Deputado, depois de conceder um aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino, que já havia solicitado. E, apenas para complementar o seu aparte, fico a me perguntar como a sociedade paranaense receberia, por exemplo, a nomeação para Governador do nosso Estado, do Sr. Sinval Guazelli, ou do Sr. Antônio Carlos Konder Reis, ou como o Rio Grande do Sul receberia a nomeação do Sr. Jayme Canet ou Emílio Gomes para seu Governador.

Este é o sentimento que hoje está reinando nas cidades de Santo Antônio e Planalto.

O Sr. Nilzo Sguarezzi — Foi mais ou menos como Minas recebeu Francelino.

O SR. DENI SCHWARTZ — Francelino, inclusive, era um homem que militava na política mineira, e, assim mesmo, houve rejeição, como houve rejeição em Mato Grosso do Sul, ao interventor nomeado para a instalação daquele Estado e, em pouco mais de nove meses teve que se retirar do cargo. Concedo um aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Mesmo sob os efeitos da minha terceira malária, quero ver se consigo coordenar aqui, numa contribuição a Vossa Excelência.

Este problema, Deputado Deni, sempre oportunamente abordado, e sobretudo por Vossa Excelência, passa às vezes, sem a percepção adequada de que dois terços da população eleitoral brasileira, as áreas consideradas do interesse da segurança nacional, e alguns mais que o regime impôs que não devam votar.

E, ainda, se considerarmos as eleições de governadores, fica pior o problema.

De sorte que a nossa área de atuação política, Deputados, é uma área como a Capital do Estado, tremendamente sacrificada.

E por que este povo radicado nessas áreas não tem possibilidade de votar? Não se compreende como até agora este regime pode se sustentar fora do Brasil, com argumentos tão frágeis como esse. E como nós, inclusive, não temos podido colocar na cabeça do povo brasileiro, que um dos grandes problemas que ele próprio cria, é essa grande briga, o grande confronto que existe entre os grandes Partidos; como se justifica o povo votar no pessoal que sustenta essa política do Governo?

Nunca, em tempo algum, pelo menos de minha parte, le-

vei em conta, em épocas eleitorais, a pessoa, o comportamento das pessoas que são candidatos, mas o regime que representam aqueles postulantes de cargos que vão proteger o Governo que têm esse pensamento.

E por que têm esse pensamento? Por que o Governo mantém esse pensamento? Por que se fez essa Revolução? Para acabar com a corrupção, ou para pagar a dívida externa que era de três bilhões de dólares e hoje está multiplicada por mais de vinte vezes?

Subversão, por acaso, não é alterar o quadro sócio-econômico e político do País?

Isto fizeram institucionalmente.

E por acaso não seria uma das razões de fazerem essa Revolução?

E o que fizeram com o Brasil?

O que restou de Brasil? O que restou de patriotismo? O que restou de nacionalidade?

Aí está a Lei de Segurança Nacional.

O Parlamento dizendo a todas as vozes, por todos os pólos, há uma indisfarçável abertura. Abertura dos projéteis que são deflagrados contra todos aqueles que se levantam contra o regime.

Parece-me que este regime é como um submarino que, às escondidas usa a Lei de Segurança Nacional para atingir os pequenos barcos que flutuam em águas que eles supõem que sejam mansas.

Então, Deputado Deni Schwartz, o pouco que está acontecendo no Brasil, o pouco, e com que nós estamos nos preocupando. Porque, o grande problema mesmo é o problema da corrupção, dito pelo próprio Ministro da Previdência Social, os problemas do DNER.

Essas concessões que os donos do poder vêm fazendo gradativamente, é o que eles chamam de abertura.

E o que precisamos fazer? A classe política tem que se conscientizar.

Nós é que somos responsáveis por isso.

Até me incluo por primeiro, porque quase nada se tem feito para isso. E o Parlamento, em todos os momentos tem sido instrumento das brigas que o Planalto alimenta para manter as eleições indiretas, as prorrogações de mandato, os prefeitos nomeados, os mandatos prorrogados e assim por diante.

Por essa razão, acho da mais alta valia Vossa Excelência trazer à tribuna esse problema, com o qual me congratulo e lamento ter-me alongado demais.

O SR. DENI SCHWARTZ — Vossa Excelência afirma muito bem que o problema é mais alto, mais à frente.

Realmente, o problema é da mais alta indagação, inclusive.

Não podemos julgar, e já fiz a ressalva, esses pobres coitados que são nomeados prefeitos.

Acredito que essas prefeituras lhes causarão muito mais problemas do que satisfações.

Já disse aqui da tribuna que conheço ambos os prefeitos nomeados e reconheço a sua honrabilidade, mas é a célebre dúvida: quem é o responsável por essa verdadeira cassação branca, primeiro do povo desses municípios, depois das lideranças do próprio partido do Governo? Não acredito e francamente não acredito que a coisa até parta do nosso Estado, porque os líderes políticos do nosso Estado devem ter pelo menos um pouco de bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa comunica ao nobre Deputado que o seu tempo está esgotado. Entretanto, a Liderança do seu Partido lhe concede o horário a ele reservado. Vossa Excelência passa a falar no horário do PMDB.

O SR. DENI SCHWARTZ — Fica a dúvida de quem é o responsável, porque as lideranças políticas, naturalmente também são prejudicadas com esses fatos.

Se o interessado, ou nomeado, ou interventor não o in-

ressado, se as lideranças políticas também são prejudicadas, a quem favorece esse tipo de nomeação?

Concedo o aparte ao Deputado Luiz Alberto.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado Deni Schwartz, Vossa Excelência aborda nesta tarde, defendendo o seu ponto de vista com o qual concordo até o ponto em que defende eleição direta nesses municípios ou de segurança nacional, assunto relativo a minha região de atuação política, também. Vossa Excelência sabe que na minha curta vida pública, somente consegui cargo através da via da eleição direta. Tenho para mim, a satisfação de dizer que sempre fui muito bem votado nos municípios da zona de segurança nacional.

Eu mesmo, que detenho a representação política do Partido do Governo nesses municípios, consegui esta representação política, não através de ato de graça de Governo, mas através da conquista do voto livre e soberano dos brasileiros que residem em Planalto e em Santo Antônio do Sudoeste, e realmente, nós poderíamos questionar a questão da zona de segurança nacional e dos chamados prefeitos interventores sob diversos ângulos. Sob o ângulo jurídico, sob o ângulo político, sob o ângulo social e até sob o ângulo histórico, e se nós tivéssemos o cuidado de nos debruçarmos na história política pátria, verificaríamos que os primeiros municípios que tiveram interventores nomeados foram por volta de 1948/49 em função de um projeto de lei, se não me falha a memória, do eminente Presidente do seu Partido, o então Deputado Federal Ulisses Guimarães, que, atendendo às contingências históricas daquela quadra da vida política nacional, houve por bem no Congresso Nacional, aprovar uma lei que declarava determinados municípios de então, estâncias hidrominerais, e o Presidente da República ou os Governadores dos Estados, com poderes suficientes, para designação de homens da sua confiança.

Hoje o cargo de prefeito da zona de segurança nacional, apesar de ser um ato complexo, porque não depende da vontade exclusiva do Governador do Estado, mas depende também, da vontade do Presidente da República, do Conselho de Segurança Nacional e do Ministério da Justiça, e que equipara-se a um cargo em comissão, demissível "ad nutum" e veja Vossa Excelência, como às vezes, no afã de criticar, nós cometemos alguns equívocos. O eminente Deputado Nilso Sguarezi que divide com Vossa Excelência, a ativa representação oposicionista do Sudoeste, chegou a afirmar que seria melhor até a permanência daqueles prefeitos, tanto o Frei Cássio Vieira de Lima, em Planalto, quanto o Promotor, Bel. Dr. Ari Faria Furquim, em Santo Antônio do Sudoeste e em Planalto.

Mas veja Vossa Excelência, que um dos princípios da Democracia, é exatamente a rotatividade dos detentores do poder, a temporariedade do exercício dos cargos.

Ora, o Dr. Ari Faria Furquim como até injustamente se quis designá-lo como donatário de Santo Antônio, e quem o fez assim também tem desconhecimento da História, porque donatário sabe-se no passado o que é, o que significava o donatário e donatário existia num Brasil-Colônia, num Brasil onde não tinha Poder Judiciário, Poder Legislativo, o Dr. Ari Faria Furquim, depois de onze anos no exercício do mandato de prefeito, realmente deveria sair, apesar de ter feito uma das administrações mais brilhantes na Região Sudoeste, de ter transformado a fisionomia de Santo Antônio. Vossa Excelência, como eu, conhece Santo Antônio, sabe que ao longo do tempo do Prefeito Ari Faria Furquim ele conseguiu por exemplo, asfaltar quase que totalmente Santo Antônio, dando um outro aspecto à paisagem de Santo Antônio. Conseguiu levar água encanada a Santo Antônio, ao Distrito de Planchita, telefone, DDD, Banco do Brasil, uma série de outros benefícios dos quais ele não é o responsável único mas foi o efetivo participante para a conquista dessas vitórias em Santo Antônio do Sudoeste. E, o Frei Cássio Vieira de Lima, também completa quatro anos.

Veja Vossa Excelência, que eu nesta Casa apresentei uma Emenda Constitucional, visando exatamente que o mandato do Prefeito, se extinguisse à medida que se extinguia o mandato do mandatário que era o Governador do Estado, para evitar a perpetuação de prefeitos em alguns casos. Então, sob o aspecto da nomeação de novos prefeitos, creio que foi uma medida extremamente salutar e foram escolhidos os dois homens honrados e capazes, já testados nas urnas públicas, porque foram dois ex-Prefeitos Municipais, que ganharam a eleição um em Santa Isabel do Oeste e outro em Capitão Leônidas Marques e fizeram os seus sucessores. Numa demonstração de que realmente são homens políticos, que são homens que fizeram boas administrações e por isso foram premiados pelo povo pela escolha dos seus sucessores, das suas correntes políticas.

O Ernani Hartman, ex-Prefeito de Capitão Leônidas Marques, e que depois deu-me a honra de trabalhar nesse Parlamento que afastou-se de Capitão Leônidas Marques e que veio ajudar-me graciosamente nesta Casa, o Orlando Elemar Kegler, que Vossa Excelência sabe, foi um excelente Prefeito em Santa Isabel do Oeste, que elegeu seu sucessor Dr. Humberto Gomes e, que agora vai para Planalto e os dois imbuídos realmente, dos maiores e melhores propósitos.

Ora, se a lei determina que façamos a indicação de cargos de prefeitos, através do critério da indicação do Governador, nós precisamos indicar. Confesso a Vossa Excelência que prefiro e prefiro sempre, eleição direta. Não temo eleição diretas em nenhum momento, nem em Santo Antônio, nem em Planalto, nem na região Sudoeste.

Agora, posso dizer que parte da população realmente não entendeu porque os dois indicados lá não estavam residindo no momento da sua posse.

Mas, como Vossa Excelência há de reconhecer que o Paraná também é uma síntese do Brasil, que nós vemos Deputados aqui, que já no passado esta Casa presenciou Deputados ilustres nascidos em outros países; como nós já vimos aqui, Deputados nascidos em outros Estados, Deputados representantes de uma região do Noroeste, do Norte, do Oeste, do Sudoeste, do Litoral, que lá não tinham seu domicílio eleitoral, exercendo seu cargo com dignidade, porque o importante, às vezes, não é nem a forma da indicação, mas a maneira com que as pessoas exercem o cargo para dignificá-lo.

E Vossa Excelência, Deputado Deni Schwartz, preocupado com as administrações daquela região, tem a consciência tranquila de que são dois excelentes administradores públicos municipais, já testados, e que haverão de fazer, no exato limite das suas possibilidades, duas grandes administrações municipais.

Muito obrigado, e desculpe pelo longo aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o vosso aparte e até me nego a analisar as administrações anteriores dos ilustres ex-Prefeitos, e espero mesmo que façam excelentes administrações nos novos municípios. Aliás, não é o fato de morar num município que torna bom o Prefeito, tanto assim que hoje em Capanema, há uma saudade muito grande daquele que foi Prefeito em Cornélio Procópio, e foi levado para Capanema. E hoje Capanema tem um Prefeito fruto da própria casa. Mas, Vossa Excelência tocou exatamente no assunto com o qual nós pretendíamos encerrar este nosso pronunciamento.

É exatamente, se houve em 1949 uma lei em que levou interventores em muitos municípios, é bom lembrar também que essa intervenção foi passageira, e havia no momento razões para tal.

Mas, o que nós não podemos entender, é que persistamos exatamente na falta de eleições. Nós não teremos eleições no próximo dia 15 de novembro, provavelmente. Lá já não tínhamos eleições.

Então, a nossa briga, parece-me, a nós como políticos, é no sentido de demonstrar que a falta de eleições, cria problemas

internos na própria sociedade. E se aquela sociedade, hoje, se sente ferida, porque, de fato, apresentada uma lista tríplice, alguém deve ter, de fato, vetado esses nomes, por razões outras, talvez de natureza interna do Partido. Tudo isso demonstra...

O Sr. **Luiz Alberto Oliveira** — Ou por decisão pessoal do Governador.

O SR. DENI SCHWARTZ — Ou decisão pessoal do Sr. Governador, e Vossa Excelência disse muito bem, são homens de confiança do próprio Sr. Presidente da República. Então, se estes são de confiança, os outros não o são. E como ficarão aquelas pessoas que foram envolvidas numa lista tríplice, cujos nomes, agora, são tidos como de não confiança do Governador ou do Presidente da República.

Como poderá um cidadão partidário do Governo continuar com o mesmo amor à arte política, se ele é jogado, é marginalizado. E cada vez que concordamos com um ato desses, de fato, estamos dando uma excelente colaboração àqueles que querem manter a ditadura. Porque, cada vez que fazemos isso, nós desiludimos mais um grande número de pessoas do próprio Governo, que estavam interessados em fazer política.

É por isso que nesta tarde, Srs. Deputados, nós viemos a esta tribuna, para, em nome daqueles nossos companheiros de Santo Antônio e de Planalto que nos procuraram, em nome daqueles líderes do partido do Governo, que não vieram a nós dizendo que iam se retirar do partido, não. Mas, que vieram demonstrar um sentimento de frustração.

Nesta tarde, queremos demonstrar a nossa solidariedade aos companheiros que lá estão, há muito tempo.

O Sr. **Luiz Alberto Oliveira** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência não acha que os resultados de uma eleição também deixa os vencidos frustrados?

Também deixa os vencedores contentes com os resultados.

Num processo de indicação que o eminente Governador Ney Braga faz, ele não tem a pretensão, nem aqueles que o assessoram — e eu me incluo entre eles — de agradar a todos. Porque nem Cristo quando veio à terra conseguiu fazer isso.

O SR. DENI SCHWARTZ — Finalizo, eminentes Deputados...

O Sr. **Lineu Turra** — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, é evidente que no regime que estamos, na situação que anda o Brasil, os homens que usam essas medidas escabrosas, violentadoras e até achacadoras da dignidade nacional, encontram argumento para tudo. E até encontramos argumentos para justificar a nomeação de prefeitos, contrariamente aos interesses de uma comunidade, introduzindo figuras estranhas ao meio social, para administrar uma comuna, e a justificativa que se dá, a justificativa histórica que se dá para nomeações de prefeitos, até se poderia dizer que é a mesma justificativa que o Imperador Romano deu para eleger seu cavalo a senador da República.

O SR. DENI SCHWARTZ — Finalizo, dizendo que, realmente o Governo não deve pretender agradar a todos. Deve pretender acertar.

Mas, através de eleições, pelo menos, contentamos a maioria, uma minoria é que pode ficar irritada. Mas, a verdade é que naqueles municípios se conseguiu o impossível: descontentar a todos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Tércio Albuquerque**). — No horário reservado ao PTB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros, inscrito.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não pretendia, nesta sessão, fazer uso da palavra, no horário reservado ao Partido Trabalhista Brasileiro.

Todavia, em função do pronunciamento do Deputado Deni Schwartz e dos apartes a ele concedidos, em consequência de, no fim de semana, ter ido ao Oeste do Estado, passando

por oito municípios, é que tomei a iniciativa de vir à tribuna para cimentar o que senti de diversos municípios, de líderes políticos que vivem em cidades como esta Capital, que têm o seu Prefeito nomeado pelo Governo mandatário deste País.

Primeiramente, gostaria de demonstrar a esta Assembléia o sentimento de uma cidade que não tem o seu Prefeito nomeado, mas que tem um mandatário pior do que isso. E se falo do sentimento dessa cidade é porque senti e vi no progressista Município de Cascavel, o sentimento da população e da cidade, por ter um prefeito como ele é, um prefeito de uma grande cidade do interior do nosso Estado, mas que faz daquela cidade a sua capitania, que manda e desmanda, que faz com que a justiça se cale neste Estado, demonstrada aí está, a sua capacidade de corrupção, a sua capacidade de calar bocas, a sua capacidade de mal administrar. O Prefeito cognominado por muitos, de "um prefeito de um milhão de dólares", lá está, a comandar uma cidade pioneira nesse Estado, que traz a riqueza, que traz o trabalho, que traz a boa vontade de muitos paranaenses e que hoje infelizmente em função do Governo autoritário deste Estado, se coloca como verdadeiro dono de uma cidade.

Pasmem, Senhores Deputados e Senhor Presidente. Há muito, há cerca de seis anos quase, estou nesta Casa. Poucas vezes, muito poucas, fui a esta cidade e agora, na peregrinação do meu Partido, lá estive, para sentir os companheiros e senti, Senhor Presidente, Senhores Deputados que aqui desta tribuna, muita coisa já deveria ter sido denunciada, muita coisa já deveria ter sido dita e poucas coisas aqui escutei.

Pena, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não ter ido antes àquela cidade, não ter ido antes àquela região, para conhecê-la melhor.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Escutei com atenção as ponderações do Deputado Deni Schwartz. Escutei também algumas considerações em aparte do nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, do PDS, e passo, Senhor Presidente, a me perguntar àqueles que se elegeram com votos populares como esta, numa casa Legislativa onde se trabalha com fé e com vontade de dizer de que pretendeu, através de Lei Maior, para que se colocasse nas áreas de segurança nacional, a mudança dos donatários, sempre que se mudasse o Governador do Estado.

Passo, Sr. Presidente, como Vossa Excelência sabe, até vergonha, de ver um Parlamentar nesta Casa, a propor que se mude o donatário de um município por eleição indireta quando o Governador do Estado seja outro.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendemos a posição do Parlamentar nesta Casa que é eleito diretamente com o voto dos eleitos indiretamente, dos donatários que pressionam o eleitor a votar no Deputado Luiz Alberto de Oliveira. Sr. Presidente, não deveria falar hoje, mas, revoltei-me, por ter visto nesta Casa um Deputado que eu considerava um democrata puro que agora há pouco disse que propôs que os prefeitos das áreas de Segurança, Sr. Presidente, fossem trocados desde que o Governador fosse outro e hoje, 1980, Sr. Presidente, com tanta barbaridade que se vê, como é o caso de Medianeira, do donatário maior, como é o caso de Foz do Iguaçu, que tenho certeza em conversa com o que preside hoje o Deputado Tércio Albuquerque, que foi preterido, dito a mim mesmo em diversas listas daquela cidade, o que vale Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a vontade do povo, não como disse o Deputado Luiz Alberto há pouco aqui nesta Casa, que a vontade do Governador e a vontade de um esquema maior desta Pátria é que se dá condições a se colocar os donatários das capitâncias neste Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitas vezes já deveria ter ido àquela região, mas que trouxe-me a vontade maior de brigar neste Estado e neste País por eleições diretas. Porque o que se vê, o que se escuta, é de que o município, o eleitor comum, o homem do povo não tem o direito de escolher como

escolheram em São Miguel do Iguaçu, o vendedor de salchicho, o vendedor de salame que todos falam e é o homem que hoje, detém o mando naquele município. Ou sealaria até de Santo Antônio do Sudoeste, dito aqui hoje, que o Prefeito deveria ser mudado, porque estava lá há onze anos. Parece até brincadeira o que se escutou aqui, hoje. Ou o que se faria com o Prefeito de Guaíra; ou o que se consideraria com outros prefeitos neste Estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como eu entendo que todos devem defender o seu ponto de vista, a sua qualificação, o seu posicionamento, é que eu concedo um aparte ao nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Muito grato, nobre Deputado Adalberto Daros.

Vossa Excelência realmente não entendeu o que eu afirmei nesta Casa e confundiu as conclusões do meu descolorido aparte ao Deputado Deni Schwartz. Vossa Excelência, em primeiro lugar, começa a confundir a situação geográfica das regiões. Começa a falar sobre municípios, como Cascavel, onde a eleição é direta, com municípios de zona de segurança nacional.

Vossa Excelência realmente, primeiro precisava conhecer as regiões geográficas do Estado...

O SR. ADALBERTO DAROS — Vossa Excelência não estava no plenário. Vossa Excelência é que não entendeu. Eu conheço bem o Sudoeste e o Oeste, Sr. Deputado.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — ... e depois conhecer os ditames da lei que determina — eu não defendo a nomeação do Prefeito — que o Governador — faça o provimento do Prefeito. E mais, Vossa Excelência equivocou-se novamente, porque eu me referi, no meu aparte, de que apresentei na legislatura passada uma proposta de Emenda Constitucional, que era o que poderia no meu modesto entendimento, consertar a situação dos Prefeitos de Zona de Segurança Nacional, que ficavam mais do que um período administrativo no cargo.

O SR. ADALBERTO DAROS — Vossa Excelência está concordando com a eleição indireta.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Não. Vossa Excelência está colocando o carro na frente dos bois. Vossa Excelência está apressado. Vossa Excelência concedeu-me o aparte; permita-me, pois, que eu termine o raciocínio, para que Vossa Excelência possa entender. Este Legislativo Estadual não tem competência para determinar se município A, B ou X deve ser ou não, de Zona de Segurança Nacional. O que eu entendia é que poderia fazer, através de uma emenda constitucional, determinar que os prefeitos não pudessem ficar mais do que quatro anos.

O SR. ADALBERTO DAROS — Vossa Excelência está concordando com eleições indiretas.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Não. Eu não estou falando em eleições diretas ou indiretas.

O SR. ADALBERTO DAROS — Vossa Excelência está concordando, de quatro em quatro anos, que se nomeie um homem.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Eu estou apenas limitando. Mas Vossa Excelência não está dizendo agora, donatário com onze anos? Eu quero evitar exatamente isso. Foi o que Vossa Excelência não entendeu.

O SR. ADALBERTO DAROS — Vossa Excelência concordou que elegeassem Vossa Excelência Deputado Estadual. A verdade é essa Vossa Excelência não pode negar isso.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — E aqui na Assembléia Legislativa, fiz uma proposta de Emenda Constitucional. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir.

O SR. ADALBERTO DAROS — Obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltaria numa oportunidade breve, para considerações maiores a respeito da matéria levantada por nós que

vivemos numa Capital, onde o Prefeito é nomeado. Sr. Presidente, devemos entender o Deputado que me aparteu, que briga para que se tenha um prefeito nomeado de quatro em quatro anos. Todavia não negue que um Prefeito nomeado há onze anos, lhe dando condições para eleição para esta Assembléia, aceita. Somente isto, Sr. Presidente.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Consulto a Liderança do Partido Popular, se fará uso do seu horário. — (Pausa).

Com a palavra o Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A semana que se inicia, deveria ser das mais movimentadas no Congresso Nacional, especialmente levando em consideração a série de fatos novos na área parlamentar e governamental.

O Governo preocupado em criar sempre debates políticos, para esconder os fracassos nos campos econômico, financeiro, social e agrícola, importação, exportação; o Governo discutindo na prorrogação de mandatos, o Governo ameaçando com a sub-legenda. Em outro momento, já admitindo que a sub-legenda ainda é discutível; o Governo, cutucando e permitindo que se fale abertamente, que o voto distrital é coisa mais ou menos garantida para o amanhã; o Governo que deixa dúvidas quanto à permanência da Emenda que ele mesmo apresentou; para as eleições diretas de Governadores; mas que agora já passa por outro lado a admitir de que, inclusive poderá negociar a tramitação mais urgente desta emenda, desde que a Oposição também concorde em assinar em cruz, na prorrogação dos mandatos; o mesmo Governo que concentra força em processos contra os Deputados Getúlio Dias e João Cunha. E tudo isso, Srs. Deputados, para que se possa esconder um pouco a terrível situação do povo brasileiro, que com um salário cada vez mais reduzido, encontra dificuldades para, no mínimo, tentar alimentar a família. As altas são tantas que acabamos de bater neste mês, o nosso próprio "record" inflacionário. O maior pique da inflação havia ocorrido neste País, no mês de julho de 1964, quando atingimos 94,2%, num período de 12 meses. E aquele pique inflacionário foi talvez, a mais importante causa para a Revolução. Agora, Srs. Deputados, dezesseis anos depois, conhecidos os índices de maio, já sabemos que o novo "record" foi alcançado: a inflação brasileira completou neste período de doze meses a espantosa inflação de 94,7%. Vivemos a mais brutal inflação de nossa História. Aumentamos a nossa produção para exportar mais. E sabemos que 36% dessas nossas exportações são para o Serviço da Dívida Externa.

Mas falávamos da movimentação que deverá ocorrer no Congresso Nacional. É que a comissão Mista que examina a emenda Anísio de Souza, a tal emenda que prorroga os mandatos de Prefeitos e Vereadores, tem reunião depois de amanhã, quinta-feira, ocasião na qual será debatido um requerimento dos Senadores Mendes Canalli, do Partido Popular e Itamar Franco, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. É grande a agonia dos governistas, pois os dois Senadores estão requerendo simplesmente a suspensão da tramitação da Emenda por entendê-la inconstitucional, já que fere o princípio republicano da transitoriedade dos mandatos. E vão mais longe os dois Senadores. Se a Comissão Mista não acatar o requerimento, irão recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Como se nota, a Emenda Constitucional, pela prorrogação dos mandatos, ainda vai dar muito pano para manga. E talvez seja esta a razão, de que hoje a imprensa nacional se preocupa em admitir que o Governo está querendo negociar tudo para que se dê a prorrogação. Cabe frisar que os mesmos Senadores, são os autores do projeto que encurta todos os prazos previstos na Lei Eleitoral, para as eleições de novembro, de modo a viabilizá-las. Ou, em última análise, que elas se façam em janeiro

de 81. Lutam assim, as oposições com todos os meios ao seu alcance. Na verdade, ninguém deve ignorar tal fato. O Governo para permanecer no poder, está lutando desesperadamente para que haja a prorrogação dos Mandatos.

Prorrogados os mandatos, terá o Governo assegurado o Colégio Eleitoral para as eleições Governamentais de 82. Sentindo que sua situação continuará insuportável junto ao povo sofrendo, faminto, pedindo escolas, saúde, pedindo melhores salários, o Governo mais uma vez fugirá. Sobrará uma alternativa: novamente governadores biônicos em 82, com novas promessas, que os partidos são muito novos, mas que em 86 as eleições serão diretas. E a maior parte dos atuais Governadores morrerá de alegria democrática, pois as panelinhas continuarão funcionando. E com isso, também ficará mais fácil para o Governo Central, ter o Colégio Eleitoral que referendará o futuro Presidente da República.

A continuar como a coisa vai, daqui há algum tempo, teremos até vereadores biônicos, aliás, já serão biônicos, se o Governo e seu Partido, ganharem a batalha da prorrogação.

Na semana que passou, acompanhei pela televisão, entrevista feita com o Governador Ney Braga, que também entrou na canção oficial de preferir a prorrogação do que a intervenção, e de que é favorável às sub-legendas.

Lembrei-me do mesmo Ney Braga, que quando se falou em reforma partidária, começou a se articular aqui no Paraná o seu PDC, mas que, por ser Governador indireto, por ser Governador também escolhido pelo regime, teve que recuar, sofrendo um "puxão de orelha" do Presidente, e ficar no Partido do Presidente.

Do Líder que sempre disputou os votos do povo do Paraná, e que, por um dever de função, ou coisa parecida, está atrelado a coisas que a gente sente que ele não quer, mesmo quando diz que quer.

Ele sabe que a eleição, agora, só não sai porque o Governo não quer, mas tem que dar a versão tola do Ministro Ibraim Abi-Ackel, como que a duvidar da capacidade do povo brasileiro de, pelo menos, compreender as leis.

○ Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento). — Vossa Excelência, Deputado Dácio Leonel, está discorrendo sobre um assunto meio complexo. Complexo porque, como diz um adágio popular, é uma "faca de dois gumes". Uma faca em que volta aquele provérbio, aquela observação do jornalista desta Casa que diz: "O sapo dizia, não me jogue na água, me jogue no fogo". Sabemos perfeitamente, que, dentro do seu Partido, no nosso Partido, e na própria Oposição, o PMDB, existem versões diversas, uns que querem a prorrogação de mandatos outros a dilação de prazos.

Eu só discordo em uma coisa com Vossa Excelência, quando chama os Prefeitos de biônicos, porque os Prefeitos e Vereadores não são biônicos. O povo votaria nos prefeitos para seis ou oito anos. Então, eles já estão referendados pelo voto popular. Agora, o que eu admiro em Vossa Excelência, conhecedor da grande garra do Governador Ney Braga, do homem que não precisa, sem que isso ofenda alguém, não precisa de nada, a não ser do povo, para enfrentar pleitos e vitórias memoráveis como ele enfrentou desde a Prefeitura de Curitiba, até o Governo do Estado, o Senado, e os Ministérios onde ele fez jus, defendendo brilhantemente as cores e a camisa do Paraná.

Então, Vossa Excelência tem razão.

Mas, eu, como Vossa Excelência, sei perfeitamente, que há vantagem para diversos setores, das diretrizes que mandam hoje uma Comissão Executiva do seu Partido; também querem a prorrogação de mandatos, porque lá estarão prefeitos, que ajudarão a eleger-me, a eleger Vossa Excelência; prefeitos que como Vossa Excelência foram à campanha eleitoral, foram ao palanque pedir votos para os mesmos, homens dignos, como são dignos os prefeitos que me apoiaram e que apoiaram os demais Deputados com assento nesta Casa.

Então, não vejo porque Vossa Excelência investir desbragadamente contra a dilação de prazo de prefeitos que foram eleitos pelo povo, prefeitos que me elegeram, que elegeram Vossa Excelência, e a maioria dos homens dignos que defendem o Paraná com assento nesta Casa.

Agora, Vossa Excelência fala que o Governo tem medo de eleições. Nós não temos medo de eleições; nós temos medo, como Vossa Excelência também tem, de tiradas demagógicas. Permita, por favor, completar o meu raciocínio, para que não seja um discurso paralelo ao de Vossa Excelência que muito admiro. Vossa Excelência está derivando contra a sua própria consciência. O seu discurso deriva para um lado que não é o verdadeiro. O Governo quer e nós queremos a dilação de prazo de mandato dos Prefeitos que nos elegeram, elegeram Vossa Excelência, num reconhecimento de que o País precisa de tranquilidade para superar esta crise inflacionária, esta crise galopante, e outras crises que só sem eleição, no momento, só com dilação de prazo, poderemos equacionar os problemas, junto com inteligências como Vossa Excelência, com homens do tirocínio administrativo e político, que possam trazer ao nosso País a realidade e a verdade, para que o Brasil continue nesta grande trajetória que será um dos Países que há de se firmar no concerto das Nações, democraticamente falando, forte democraticamente, forte politicamente e forte financeiramente.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEOL — Sr. Deputado Gabriel Manoel, confesso que a única resposta que eu poderia dar a Vossa Excelência, pelas razões que alinhou, mas, que na verdade, não disseram quase nada. Mas, fiquei muito triste, profundamente triste, porque tinha uma concepção do pensamento de Vossa Excelência, a respeito desta matéria, de forma totalmente diferente. Ou, em última análise, que se resguardasse a minha posição. Porque, devo dizer a Vossa Excelência que, dos prefeitos com os quais tenho tido entendimento, dos vereadores com os quais tenho dialogado, tenho recebido, inclusive face a meus pronunciamentos, algumas manifestações de vereadores do Interior, e tenho sentido, de forma genérica, que a situação não é essa.

É uma utopia dizer que os vereadores e prefeitos que eles estão lutando para continuarem em seus próprios cargos, pela prorrogação de seus mandatos. Isso, para mim, é estranho.

E Vossa Excelência, Deputado Gabriel Manoel, faz uma tirada demagógica. O que acho é o seguinte: de minha parte, talvez Vossa Excelência pudesse entender como tirada demagógica. Mas, o pronunciamento que Vossa Excelência fez foi muito pior. Foi uma tirada capaz de rasgar toda e qualquer idéia que se possa ter a respeito de democracia. Porque, não seria este o caminho, nobre Deputado. Entendo, e disse já o porquê, em meu pronunciamento, que se há uma preocupação muito grande, a nível nacional, deve-se entender o porquê. Qual a conveniência do governo federal em que haja prorrogação de mandatos?

Em primeiro lugar, é a manutenção dos colégios eleitorais. Porque, desde que o Governo consiga, tranquilamente, essa prorrogação dos mandatos, evidentemente que estará, mais uma vez, com tudo a seu dispor, para dizer, depois, se quer, ou não, eleições diretas para governador; para fazer, ou não, cumprir a palavra de honra do Presidente que disse que enviou para valer a emenda, mas que, honestamente, continuou conferindo para poder acreditar.

São essas as posições, Sr. Deputado. Não vamos tapar o sol com a peneira, não vamos usar a velha linguagem de demagogia, ou tiradas demagógicas, quando sabemos, e Vossa Excelência sabe disso, que o que o povo realmente quer é o direito de poder falar.

Falar de que forma?

Na hora em que se abram as urnas.

Só aí o povo terá dado o seu veredicto final.

Obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).
 O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Consulto a Liderança do PDS se deseja fazer uso da palavra.
 O SR. ERONDY SILVÉRIO Declino, Sr. Presidente.
 O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está encerrada a Hora do Expediente.
 Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 14/80, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova as contas do Governador do Estado, referente ao exercício financeiro de 1978. Parecer FAVORÁVEL da C.T.C., por unanimidade. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.
 O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Em discussão as contas do Governo do Estado do Paraná, dos exercícios financeiros de 1977 e 1978.

Inicialmente, Sr. Presidente, é bom que se diga, que efetivamente, este Poder, ou a este Poder, carece até um pouco de moral para apreciar as contas de outros Poderes.

Perdoem-me os nobres Colegas se digo e ressalvo uma parte do Parecer dessas contas, pelo fato de que este próprio Poder não presta contas e não é de hoje que efetivamente se discute no Paraná, a necessidade constitucional mas acima de tudo, de ordem moral deste Poder ter uma efetiva prestação de contas a alguém que esteja em condições de fiscalização, porque a fiscalização que é exercida "interna corporis" aqui pela nossa Comissão de Tomada de Contas, data vênua, em qualquer princípio jurídico e de moralidade pública, não tem o valor e o respaldo que aquela exercida por um outro Poder.

Desde que o Estado se delimitou da sua...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Na sua partição de poderes...

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. NILSO SGUAREZI — Se Vossa Excelência permitir eu prolongar um pouco mais...

O Sr. Erondy Silvério — Seria oportunidade agora. (Assentimento). Apenas por não concordar.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu não cheguei a expor o meu pensamento e daí eu digo a Vossa Excelência...

O Sr. Erondy Silvério — Eu não concordo quando Vossa Excelência diz que a Comissão de Tomada de Contas deste Poder, integrada por ilustres Deputados não tem condições de analisar as nossas contas. Perguntaria a Vossa Excelência, quem analisaria as contas do Tribunal de Contas? O próprio Tribunal?

O SR. NILSO SGUAREZI — As contas do Tribunal de Contas são analisadas por esta Casa.

O Sr. Erondy Silvério — Se Vossa Excelência analisar a Constituição, Vossa Excelência vai verificar que o Tribunal de Contas não passa de órgão auxiliar deste Poder. Portanto, não se pode colocar o carro na frente dos bois submetendo as contas deste Poder, a um órgão auxiliar.

O SR. NILSO SGUAREZI — Vossa Excelência defende uma tese, mas desconhece, me perdoe, mas desconhece. Nessa prestação de contas, estão aqui as contas do Tribunal de Justiça. Ele as presta a este Poder. A tese que eu defendo é de que esta Casa por seus próprios membros, dentro de princípios morali-

zantes e administrativamente falando, efetivamente carece autoridade a ela de se auto policiar, porque a coisa pública, o dinheiro do povo, sem que se levante qualquer suspeita, mas como norma moralizadora há que se submeter, ao menos, ao parecer técnico do Tribunal de Contas.

E concordo plenamente com o parecer do ilustre Conselheiro — é minha opinião pessoal e eu a darei —. Diz o Sr. Conselheiro do Tribunal de Contas, que prolatou o parecer do processo de contas do Estado do Paraná, Conselheiro João Feder-

"Considerando-se mais — diz ele — que as contas do Poder Executivo se fizeram presentes também as contas do Poder Judiciário e que a estas aqui se somaram as contas do próprio Tribunal de Contas, constata-se que apenas e tão somente se reprisa o pecado em oportunidade... Há condenados nesta Egrégia Casa, da ausência... Contas do Poder Legislativo.

Se se aduzir a esta ausência, o fato de que a Assembléia Legislativa, alicerçada numa falsa premissa legal tem objetado a que este Tribunal estenda a sua ação fiscalizadora à aplicação dos dinheiros públicos na área daquele Poder, inclusive através das tarefas das Inspetorias de Controle Externo, deparando-nos com o deplorável fato de que o Poder que deve dar o exemplo, por ser aquele que está enraizado no direito de fiscalização, não se deixa fiscalizar.

Essa falha já foi verberada por esta Corte e este novo registro vale como esperança de conscientizar os legítimos representantes do povo, de que o dinheiro por eles aplicado provém igualmente do povo e conseqüentemente não se pode fazê-lo, sem o respeito às normas legais que disciplinam essa aplicação".

Digo isso, nobre Deputado, porque acredito de que quando se fala em recuperação para o Legislativo, das suas prerrogativas fundamentais, para ser um efetivo Poder, é necessário e indispensável que o Poder Legislativo também esteja no quadro, também se deixe levar pelas medidas de cunho de mero interesse público.

Se hoje ou se no passado aqui estiveram homens responsáveis, homens conscientes e capazes de efetivamente exercer a fiscalização — o que nós defendemos é o princípio de que se amanhã, homens talvez não com o mesmo procedimento dos que aqui hoje estão, possam erodir e imacular este Poder pelo simples fato de não estar regulamentado, de não haver um mecanismo que impeça de que os desvios possam ser cometidos. Mas, Sr. Presidente, após esta abordagem, quero apenas, para registro, hoje em que se discute pela terceira Discussão, as contas dos exercícios de 1977, 1978 do Excelentíssimo Senhor Governador Jayme Canet Júnior, a minha posição é muito clara a respeito disso. Eu acho que efetivamente, os dinheiros públicos devem merecer a fiscalização mais rigorosa possível.

Mas, o que o Poder Legislativo hoje, em face de um regime que nós atravessamos pode fiscalizar, é meramente o parecer prévio que os tribunais de Contas do Estado como órgãos auxiliares enviam às Casas Legislativas, ou seja, uma fiscalização a "posteriori". E, digo isso porque, em outra situação, não ocorreria o que os duas prestações de contas condenam com veemência, ou seja, o fato Srs. Deputados, Sr. Presidente, de se ter aqui no Paraná constatado desde o exercício de 1974 na agência Mercês, um rombo de mais de cinco milhões de cruzeiros e este Poder, estar impossibilitado de fazer qualquer coisa quando se aprecia as contas de 77/78, e os relatórios são enfáticos em dizer de que este rombo ainda não foi apurado? Mais como Senhores? Se vamos passar verdadeiramente à aprovação sobre essas contas, ser possível que se deixe parcelas do dinheiro público sem a devida explicação?

E quero citar a Vossa Excelência, por exemplo, na prestação de contas de 77 um trecho do próprio relatório: "Há um

do próprio Governo.

"Contas a Regularizar", é o título

"O valor de cinco milhões, trezentos e sessenta e sete mil e quatrocentos cruzeiros, é saldo da agência de rendas Mercês, já efetuada a subtração da liquidação de setecentos e setenta e sete mil, setecentos e noventa e um cruzeiros, no exercício de 77, conforme demonstrativo da consolidação geral.

Trata-se de valor contabilizado compensatoriamente em exercícios anteriores".

O que quer dizer: deste 74, 75, 76 77 e nas de 78, este valor está a descoberto ainda.

É um jogo contábil, mas não se apurou efetivamente, onde este rombo ou como este rombo foi efetuado. E então, valendo seguidamente nos relatórios das prestações de contas, estas observações, como esta, por exemplo.

No exame das prestações de contas das gestões anteriores, este Tribunal denunciou a irregularidade do aparecimento no Passivo, como "contas a regular", da importância de seis milhões, cento e quarenta e cinco mil, cento e noventa e um cruzeiros e noventa e dois centavos Anomalia, cuja origem data de 30 de abril de 1971

O presente processo nos dá notícias de que finalmente a Secretaria das Finanças, nomeou uma Comissão Especial, para a apuração do fato. Como consequência, já foi determinada a baixa de setecentos e setenta e sete mil e setecentos e noventa e um cruzeiros, restando um saldo a regularizar, de cinco milhões, trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e trinta cruzeiros. Para cuja apuração a Comissão designada solicitou por ofício, ao Sr. Secretário das Finanças, dilação de prazo. Esta solicitação foi atendida, tendo o titular da pasta financeira, em 29 de dezembro de 1977, prorrogado o referido prazo por mais 180 dias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este balanço financeiro é de 1977. Nós estamos em 1980. Portanto, há 6 anos ocorreu numa agência de rendas da Capital do Estado, um desfalque da ordem de seis milhões, cento e poucos mil cruzeiros. Setecentos e setenta e sete mil foram recuperados e resta o saldo de cinco milhões e trezentos mil.

Faço esta observação, porque acredito que esta Casa não pode ficar omissa a este problema relevante e grave. Se o dinheiro arrecadado não deu ingresso nos cofres públicos, há que se apurar os responsáveis por este crime. E não é possível que a cada prestação de contas do Estado, fique este Poder apreciando bela e calmamente, de ano para ano, este item, esta abertura e enfim, um verdadeiro caso de omissão administrativa.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi eu sou de opinião de que o problema efetivamente, no que diz respeito a este Poder, é realmente muito sério. Todavia, se nós formos analisar a forma de como o Tribunal de Contas do nosso Estado é composto, nós chegaremos à conclusão de que, através do seu artigo 41, parágrafos terceiro, quarto e quinto os homens que comandam aquele Tribunal, são indicados pelo Governador do Estado. Para esta regra total, existe uma exceção é evidente, no que diz respeito aos auditores do Tribunal de Contas, que devem ter a aquiescência desta Assembléia Legislativa.

Todavia, meu caro e ilustre Deputado Nilso Sguarezi, nós vamos ter por muitos anos, rombos nas contas do Estado, e por muitos anos, os rombos serão levados à frente como este que Vossa Excelência bem colocou mesmo porque dentro do Tribunal de Contas, e demonstrei isto a semana passada, aqui quando esta Assembléia errou, dando uma contagem de 15 anos, a quem foi ao Tribunal de Contas, agora e que no passado tivesse sido até, pescador das barrancas do Rio Paraná, comprovadamente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Meu caro Deputado Nilso Sguarezi, de que adianta o Tribunal de Contas receber as contas do Governador do Estado? É verdade que o Tribunal de Contas deveria, e a Constituição assim reza que deve, deveria ser um órgão auxiliar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Todavia, lá na Constituição, ao ser indicado auditor, a Assembléia concede esta indicação, desde que aprovado. Os Procuradores e Conselheiros com as mesmas atribuições são indicados diretamente pelo Governador. Conseqüentemente, serão eles que irão analisar as contas de quem os indicou, com o beneplácito da maioria governamental. Conseqüentemente, repito, teremos rombos e mais rombos. Rombos que não vieram do Governo passado. A prova está aí. Mas que vem de muito tempo. Por que, então, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não se torna um poder eficiente? Por que esta Casa tem que se dobrar sempre à vontade dos homens do Tribunal de Contas?

Por que esta Casa faz e deixa fazer as marmeladas do Tribunal de Contas?

Por que esta Casa não deixou passar, de nossa parte, um pedido de informações sobre um concurso feito agora, a cerca de seis meses no Tribunal de Contas?

Por que esta Casa não se inteira de que alguns auditores, alguns procuradores, alguns conselheiros têm a família toda lá dentro?

Sr. Deputado Nilso Sguarezi, nós vamos ficar aqui nesta Casa, a discutir contas de vários anos, de vários governos, e vamos ficar da forma como estamos: um a falar, outro a apartear e nós dois a concordarmos que a coisa está errada, mas ficará somente assim.

Agradeço o aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI — Entendo a posição de Vossa Excelência de total incredulidade para solução do problema, se bem que eu comungue também desse ceticismo em ver as coisas regularizadas, mas, parto do princípio de que cada um deve cumprir com o seu dever.

O meu dever, Sr. Deputado, como membro deste Parlamento, sem entrar no mérito da questão, participante ativo deste Parlamento, e, portanto, defensor das suas prerrogativas, e penalizado, muitas vezes, com as posições desta Casa, contra a sua própria autonomia, é que cabe-me o dever de trazer ao conhecimento da Casa, os detalhes que este processo de prestação de contas aqui constam.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, eu, como membro da Comissão de Tomada de Contas, tive oportunidade de manusear esses processos de prestação de contas pertinentes a 77/78, e, na verdade, pude constatar essa irregularidade apontada pelo Tribunal de Contas, e também a queixa do próprio Tribunal de Contas de que há muito vinha solicitando a regularização ou informações sobre a regularização dessa pendência contábil.

Tive oportunidade, também, quando analisei o processo, de fazer um voto em separado, ressaltando na aprovação do parecer que foi apresentado, a minha posição com relação a essa pendência apontada pelo Tribunal de Contas, e concordo plenamente com Vossa Excelência de que esta Casa deveria também se integrar na prestação de contas, como está integrado o próprio Poder Judiciário, para que também aqui pudéssemos analisar nossas contas, à luz de Plenário, porque, nossas contas são analisadas pelas Comissões, vêm a plenário, mas não são analisadas no globo da arrecadação do dinheiro público. E o que devíamos entender que governo é composto de três Poderes. Criou-se até uma mentalidade, aqui no Brasil, com esse regime de ditadura que existe, de que governo é o Poder Executivo, o Judiciário mas, o Legislativo primeiro, na ordem da Constituição. Mas, o Legislativo está jogado para escanteio.

Na ordem constitucional, o Poder Legislativo está colocado em primeiro lugar, depois o Executivo e Judiciário. Sendo governo os Três Poderes, acho que o Legislativo deveria estar integrado no mesmo processo de prestação de contas, para serem as mesmas analisadas ainda que por um órgão auxiliar desta Casa: o Tribunal de Contas.

Mas, o que temos constatado - e disse muito bem o Deputado Adalberto Daros - é que infelizmente, vemos o Tribunal de Contas atrelado ao Poder Executivo, pelos compromettimentos morais que existem. E que, de certa forma, põem em dúvida as atitudes, as decisões, os pareceres dos eminentes conselheiros que queremos que sejam corretos. Mas temos o direito de duvidar, muitas vezes, até da seriedade com que eles são elaborados.

Congratulo-me com Vossa Excelência por esse pronunciamento e quero deixar aqui o meu posicionamento quanto à prestação global das contas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que sejam contas integradas para que sejam examinadas, à luz das discussões desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Efetivamente, tinha conhecimento de que Vossa Excelência, quando da apreciação em Comissão, elaborou um parecer. Mas, estranhamente, Deputado Lineu Turra, esse parecer não está no bojo dos autos. Parecer que mesmo sendo vencido deveria constar. Agiu arbitrariamente quem expungiu dos autos o parecer proferido por Vossa Excelência. Mesmo que fosse matéria vencida, o parecer deveria constar dos autos. E para isso, Sr. Presidente, alerto Vossa Excelência de que se deve determinar à Comissão de Tomada de Contas juntada dos autos, do parecer do Deputado Turra que, mesmo vencido, deve permanecer nos autos.

O Sr. Darcy Deitos - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, agradeço o aparte de Vossa Excelência. Mas, eu, nobre Deputado, a cada tempo que passa e à medida que o tempo passa, vou vendo mais e mais, sentindo de que este é um Poder sem poder. É um Poder sem condições de fiscalizar coisa nenhuma. É apenas decorativo.

Faço parte da Comissão de Tomada de Contas, desta Assembleia e pude, juntamente com o Deputado Lineu Turra, discutir determinados pontos das contas do Governo de 77/78, mas nas condições em que se dá este exame, haja visto que temos que nos ater a um parecer prévio que vem do Tribunal de Contas. Não existe condição nenhuma, de discutir nada, e tanto é verdade que Vossa Excelência colocou muito bem, essa diferença da Agência de Rendas do Bairro das Mercês, que inclusive consta do parecer do Deputado Lineu Turra, o que no exame de 77 que foi efetuado por outro eminente Deputado da Bancada Situacionista, não se referiu a essa diferença e teve o nosso parecer contrário, meu e do eminente Deputado Lineu Turra, esta aprovação por unanimidade, quer dizer, inclusive, nos referimos ontem de que estas contas não haviam sido aprovadas por unanimidade.

Mas, eminente Deputado, analisando detalhadamente isto e por entendermos de que não temos condição de fiscalização alguma, é que hoje demos entrada nesta Casa, de um projeto de lei, dispondo sobre o processo de fiscalização dos atos do Poder Executivo e inclusive dos da Administração Indireta, nobre Deputado, porque aí é que realmente está o fillet mignon da Administração hoje dentro da Nação.

Vossa Excelência veja por exemplo o Paraná. O Paraná tem um orçamento da Administração Direta, de quarenta e dois bilhões e meio de cruzeiros. O Orçamento global com as empresas que são do Governo, mas que não passam pelo crivo desta Assembleia, o orçamento global chega perto de cem bilhões de cruzeiros e eu também concordo com Vossa Exce-

lência, de que esse Poder deve prestar contas, muito embora esse Poder detenha um por cento do orçamento da Administração Direta, porque nós não vamos ter percentagem sobre a Administração Indireta.

Então, veja Vossa Excelência de que o projeto de lei que apresentamos a esta Casa para exame nas Comissões técnicas e que me valho dela porque inclusive tramita no Congresso Nacional um projeto mais ou menos dentro dos mesmos critérios, onde, eminente Deputado, esta Comissão que irá fiscalizar, ela terá poderes amplos, inclusive para efetuar perícias e diligências para convocar Secretários de Estado, funcionários civis e militares e dirigentes de entidades da Administração Indireta na forma regimental.

Então, é realmente um projeto abrangente onde nós tentamos com a apreciação desse projeto, e que esperamos que seja aprovado por esta Casa, irá devolver, sem dúvida alguma, um pouco mais de poder a este tão desgastado Poder Legislativo Brasileiro.

Agradeço o aparte.

O SR. NILSO SGUAREZI - Agradeço o aparte e me congratulo com a iniciativa de Vossa Excelência.

Mas quero finalizar, Sr. Presidente, o meu ponto de vista e destacar no processo das contas do exercício de 78, o seguinte destaque:-

"No que se refere às contas-tesouraria e em especial o montante de Cr\$ 5.367.400,00, decorrentes de pendências existentes em poder da Agência de Renda Mercês, não é mais possível aceitar a não regularização definitiva de tal aleatoriedade, ainda que se trata de alcance de outro exercício, esse Tribunal vem reiteradamente solicitando apuração de responsabilidade, mesmo porque o valor real do débito, ao longo do tempo, tem sofrido constante desvalorização, à luz do processo inflacionário.

Contabilmente através de artifício sem maior sustentação técnica e até mesmo de admissibilidade, o referido valor encontra-se compensado no Passivo Financeiro, sob o título: "Despesas a realizar".

Agora, chegou-se a uma etapa em que a recomendação para a solução da tendência, tornou-se inócu, repetitiva e até mesmo defasada. Assim, fica a advertência à autoridade administrativa da área para adoção de medidas concretas de solucionar o impasse sob pena do não atendimento incidir em sanções nas contas governamentais do presente exercício.

Esta, é a advertência nas contas de 1978 proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado. E, a advertência é válida para quando este Poder apreciar as contas do exercício de 79 ou mesmo as dos atuais de 1980, ver se conseguimos de que se efetivamente se traga no bojo da prestação de contas a apuração de fato lamentável. Que se não de responsabilidade dos chefes dos executivos e longe de se imaginar isso, mas, de funcionários desonestos do Governo do Estado que pela omissão talvez dos Secretários de rendas deste Estado, possam até macular a honorabilidade do todo, que são as contas da gestão financeira dos últimos governos.

Digo isto à Casa, como uma ressalva, inclusive, porque me proponho a exigir que esta Casa se manifeste no apurar estas responsabilidades, já que lamentavelmente o Executivo com o correr dos anos, não se preocupou com responsabilidade, a apurar e a proferir sanções punitivas a estes funcionários desonestos.

Não temos os elementos para dizer quem ou quais os funcionários se apropriaram do dinheiro público mas, esta omissão é imperdoável para nossa Secretaria das Finanças. É imperdoável, porque não se pode admitir que, ao chegar ao conhecimento do público, passasse mais de seis anos e um rombo em 1974, da ordem de seis milhões de cruzeiros e o Estado impotente, e o Estado omisso, para apurar as responsabilidades.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Paulo Camargo.

O Sr. Paulo Camargo — Deputado Nilso Sguarezi, estou até surpreso da sua afirmativa de que nesses 6 anos desde 74, o Governo não tenha tomado medida nenhuma punitiva contra os funcionários desonestos. Acredito, tenho quase certeza sem conhecer a matéria, que deve ter sido ...

O SR. NILSO SGUAREZI — Os autos informam que foi apurada uma parcela de setecentos e setenta e sete mil cruzeiros.

E o Tribunal, no seu parecer, como li à Casa, diz de que foi constituído uma comissão para apurar essa irregularidade.

O que estou me referindo Deputado Paulo Camargo, é de que não é possível um prazo tão delongado como esse que constatamos, para apurar uma simples fraude numa agência de rendas, onde quer me parecer, é muito simples de apurar por que há dentro de toda a agência um responsável pelo dinheiro, quem recebe, quem integra, quem arrecada.

Então, o que me parece, e aqui não vai acusação a quem quer que seja, é que a máquina estatal está muito morosa, porque bem sabemos de que a influência dentro de uma própria Secretaria, é perfeitamente explicável. O que não se pode aceitar, é o Governo do Paraná, como um todo. Quando eu digo o Governo do Estado do Paraná, incluo também este Poder, de que nós assistamos, sem uma explicação à opinião pública, deste verdadeiro rombo. Porque hoje, com o ritmo inflacionário que vai, como muito bem disse, o Estado está sofrendo um elevado prejuízo. Se o Estado dispusesse em 1974, desta importância de cinco milhões de cruzeiros, teria retribuição ao pagamento dos impostos, feito em obras de alto valor, de alta significação. E hoje, pelo decurso do tempo, realmente cinco milhões de cruzeiros, representam muito menos do que representavam em 74. Então a minha preocupação, nobre Deputado Paulo Camargo, é de que esta Casa, verdadeiramente tome um posicionamento, para descobrirmos e daí trazer ao conhecimento da Casa, a existência desta irregularidade.

O Sr. Paulo Camargo — Vossa Excelência permite concluir o aparte? (Assentimento).

Não posso nem acreditar que o Estado tenha ficado todos estes anos, sem atingir o culpado. É possível até que estes nem sejam mais funcionários do Estado, tenham sido demitidos, a bem do Serviço Público; tenham desviado dinheiro dos Cofres Públicos.

E quem sabe se estamos, inclusive, sendo injustos em julgar desta forma e que até hoje o Estado não tenha tomado medida nenhuma. Porque não se compreende, como diz Vossa Excelência, uma coisa tão simples, a responsabilidade de pernas tão curtas para se alcançar, que tivesse uns 6 anos de demora, para se apontar um funcionário, entre os 8 ou 10 que trabalham numa agência de rendas. Estou com Vossa Excelência acho que isso, dentro do Orçamento é estranhável. Porque já devia inclusive ter-se apagado isso. Já que foi um dinheiro que sumiu em 74, poderia ficar em créditos de terceiros, recuperáveis ou não, mas não constando em todos os Orçamentos e se repetindo todos os anos. Quer dizer, estranho mesmo que isto aí esteja se repetindo desde 74.

O SR. NILSO SGUAREZI — Em outras palavras, o Relator

Conselheiro do Tribunal, diz o seguinte, em outras palavras, o que já disse. "Agora chegou-se a uma etapa em que a recomendação para a solução da pendência, tornou-se inócu, repetitiva e até mesmo defasada. Assim fica a advertência à autoridade administrativa da área". E é evidente da área da arrecadação, para a adoção de medidas concretas, para solucionar o impasse. Sob pena do não atendimento, incidir em sanções das contas governamentais do presente exercício. E exatamente esse tópico que em outras palavras, Vossa Excelência diz, e que eu chamo a atenção da Casa, para que inclusive este Poder

cobre, do próprio Tribunal de Contas, se quando aqui apreciarmos as contas do exercício de 79, efetivamente medidas concretas não forem adotadas para que esta irregularidade fosse sanada.

E devo dizer mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para encerrar, de que a tese que o Poder Legislativo deve prestar contas, não é absolutamente nada de pessoal com quem quer que seja.

Acredito que no ordenamento jurídico e organizacional do Estado, é uma medida saneadora. É uma medida disciplinar de alta moralidade pública. Que se preste, que se tenha um mecanismo de fiscalização efetiva dos dinheiros públicos. E principalmente esta Casa, que hoje na organização moderna do Estado, cumpre mais fiscalizar, esta Casa, quando pretender fiscalizar, seja baseada numa regra moral, de que presta contas dos seus atos, para poder exigir dos outros. Ou seja, que se faça justiça, primeiro em casa, para depois exigir-se na casa do vizinho.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Nilso Sguarezi, o problema de prestação de contas, por parte do Estado, Vossa Excelência aborda muito bem.

Realmente é chegado o momento em que a classe política, como um todo, deva um esclarecimento maior à população.

Hoje mesmo uma pessoa veio perguntar-me se era verdade que os diretores da SANEPAR estariam ganhando cento e oitenta mil cruzeiros por mês, e esta pessoa é um mestre de obras. Quer dizer, lá no povo, a versão que corre é que o Diretor da SANEPAR - e eu não acredito que ocorra isso - ganha cento e oitenta mil cruzeiros. Mas nós não sabemos quanto ganha.

O Deputado, por consequência, nesse meio naturalmente acham que ganhamos trezentos mil cruzeiros; o Governador, como maior autoridade, deve ganhar um milhão de cruzeiros. Tudo porque se formou de fato nesta máquina estatal uma cúpula da qual - sejamos honestos - nós fazemos parte, muito impressionante.

Então, o povo tem para a política ou para com aqueles que exercem cargos políticos, uma visão completamente distorcida. Porque, assim como é verdade que o Diretor da SANEPAR não ganha cento e oitenta mil cruzeiros, também não é verdade que o Governador ganhe um milhão de cruzeiros.

Mas, este é o pensamento do povo, assim como em relação a nós Deputados, também o povo tem uma concepção errada. Por que? Porque, de fato a elite - e nós estamos incluídos nela - a elite que domina o Estado, o País, parece que tem medo de dizer que ganha x ou y. Por exemplo, nós como homens que precisamos do voto popular, somos os mais policiados.

Vejam o ridículo que acontece neste Estado do Paraná: até com certo orgulho, apesar de homem de oposição, vejo aí, o carro do Governador, um carro movido a álcool, um Chevette, para economizar. Talvez um outro ache que seja demagogia. Eu não. Acho que está tentando até ser povo.

Os Deputados Estaduais vivem se policiando para não terem os seus carros, porque poderia parecer uma mordomia. Mas, e o Tribunal de Contas? Não abriu mão dos seus galaxies, as ilustres senhoras dos Srs. Juizes do Tribunal de Contas, dos Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas não abriram mão das suas mordomias...

O SR. NILSO SGUAREZI — e eu sou testemunha disso, Deputado. Só para ser pertinente, na semana passada, quando levava meu filho ao Colégio Positivo, assisti a um carro do Tribunal de Contas, um Opala branco, do Tribunal de Contas, ir entregar o filho de uma autoridade do Tribunal de Contas naquele colégio. Para complementar o que Vossa Excelência disse.

O Sr. Deni Schwartz — E se era Opala branco, deve ser uma pessoa de segundo escalão, porque o primeiro escalão só anda de Galaxie, e as senhoras dos Srs. Conselheiros, esses mesmos que cobram uma prestação de contas por parte de nós, Deputados, são aqueles que têm uma mordomia deslavada.

É por isso que sempre achei - e temos testemunha disso - que tive oportunidade de participar, juntamente com mais dois ilustres Deputados, Domício Scaramella e Muggiati Filho, da elaboração de um programa mínimo, a ser cumprido pelo então candidato a Presidente da Assembléia Legislativa, em chapa que foi derrotada, Deputado Accioly Neto, e um dos itens "não importa se esta Casa está podre", porque se dizia que a Casa estava podre. Mas nós queremos - uma das exigências - que esta Casa preste contas ao Tribunal de Contas. Mas, nós, queremos não só fiscalizar o Tribunal de Contas, queremos, inclusive, diminuir as verbas do Tribunal de Contas, porque não é possível mais, hoje, um ilustre Conselheiro geralmente biônico, porque infelizmente é assim, ser equiparado, inclusive, a um desembargador. Infelizmente as leis o equiparam.

Quer dizer, os homens que se aposentam com menos tempo de serviço, os homens que têm mordomia, e vou mais além, só não apresentei, ainda porque não achei a válvula, mas acho que este Estado viveria perfeitamente bem se extinguisse o Tribunal de Contas, pura e simplesmente.

Se extinguisse o Tribunal de Contas, que existe aí para perseguir alguns prefeitos, com as exceções que confirmam a regra.

Por isso, não cabe moral ao Sr. João Feder dizer que não prestamos contas para ele. Porque, eles também não prestam contas a ninguém.

Vão desculpar-me os membros da Comissão de Tomada de Contas, mas, de fato, as nossas comissões não funcionam. Vão desculpar-me essa referência, mas, de fato, essas comissões não funcionam, não pela falta de vontade dos srs. Membros, mas porque é impossível mesmo. Porque, imoralidade muito maior do que cinco milhões de 74, é a continuidade de uma mordomia num Estado que está dizendo que está endividado, que não tem dinheiro, mas os galaxies continuam viajando, com as ilustres senhoras dos Srs. Conselheiros.

O Sr. Adalberto Daros — Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, a sua preocupação é legítima. Todavia, acho que esta Assembléia, se é que isto aqui é um poder, e com a aquiescência da nobre Bancada do PDS, da Liderança do Governo, deveria, nobre Deputado, não aprovar essas contas, nem de 77, nem de 78, antes de que se levantasse esse rombo que Vossa Excelência trouxe através dos processos que mostram essas contas. Porque, aí teríamos a seriedade deste Poder.

Porque não se retirar de pauta esses 2 processos e se levantar - o que é muito fácil, é apenas a Agência de Rendas das Mercês - quem são os responsáveis pelo rombo.

É muito fácil se fazer isso. Constata-se quem era o Chefe de Rendas da Agência das Mercês, vamos constatar quem eram os funcionários e vamos saber quem é o ladrão.

É muito fácil fazer isso.

Agora, a preocupação do Tribunal de Contas, no que diz respeito às contas da Assembléia, acho, Deputado, que a Comissão de Tomada de Contas é muito mais séria que o Tribunal de Contas.

Acho mesmo, porque aquela casa de pedras, bonita, é órgão auxiliar deste Poder. E as contas da Assembléia, de 76, 77 e 78, estão aqui - um xerox - as diversas resoluções baixadas pelo Presidente Fabiano Braga Côrtes, após aprovadas pelos órgãos que têm direito a isso, nesta Casa.

Então, é muito fácil: o Líder do PDS deve pedir que se retirem os 2 processos e que levantemos quem são os ladrões,

neste Estado.

Já que temos tantos por aí.

Já que esta Casa, em vez de ser o Poder maior e o Tribunal de Contas um órgão auxiliar, tornou-se exatamente o contrário. Quando se pretende, como pretendi, apenas um pedido de informações - apenas informações - para constatar quem faria o concurso no Tribunal de Contas, quem eram os elementos e constatamos - posso trazer a Vossa Excelência, se assim o desejar, e a Casa quiser, que do Conselheiro João Feder existem sete parentes lá dentro, inclusive seu cunhado que foi Deputado Estadual.

A verdade, por pior que seja - aprendi - tem que se dita, doa a quem doer.

E faria um apelo à Liderança do Governo: Deputado Erondy Silvério, vamos retirar as prestações de contas e vamos ver quem são os ladrões.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Deputado Adalberto Daros, acho que Vossa Excelência tem boa dose de razão.

Efetivamente, se esta Casa tomasse essa atitude, ela só se engrandeceria. Porque, quer efetivamente houve o desfalque nos cofres públicos, isso é público e notório, tanto é que há 5 anos não se consegue fechar a prestação de contas, porque a responsabilidade ainda se encontra diluída dentro da Secretaria das Finanças, mas o que nós tememos, nobre Deputado, é que aconteça com o roubo da Agência de Rendas, o que aconteceu com o cheque do Banco Econômico que não foi de cinco milhões, mas de duzentos milhões de cruzeiros e quando o TC da União foi chamado a se manifestar, a sentença foi a que era impossível atribuir culpa a alguém, porque a responsabilidade estava diluída em toda a Diretoria do Banco e naquela ocasião o Banco Central teve um enorme prejuízo.

Então, justiça tardia não é justiça, diz uma velha sabedoria popular e se esta Casa, a quem cabe nesta oportunidade apreciar este assunto. É o momento oportuno, porque aqui hoje vai se passar recibo das contas governamentais. Não se que e não se pretende ir contra a honorabilidade do Governador e do Sr. Secretário, mas não é possível que esta Casa permaneça omissa a este problema que lamentavelmente deixa numa posição incômoda de alta suspeição quanto aos funcionários que arrecadam no Estado do Paraná.

Por isso acho que a sugestão do nobre Deputado Daros é de todo procedente.

Poderia perfeitamente esta Casa retirar de pauta estes autos e pedir explicações à Secretaria das Finanças, para que se pudesse votar conscientemente, se as responsabilidades não foram apuradas, saber-se em que pé andam as diligências para se apurar e se estabelecer um prazo, se estabelecer um tempo, porque afinal de contas este parecer foi proferido em 77/78, e nós já estamos em 1980.

Pode ser inclusive, Sr. Deputado de que o problema tenha sido sanado. Pode efetivamente ser de que o problema tenha sido sanado. Então esta Casa votaria conscientemente esta matéria.

Para concluir, Sr. Presidente, a minha posição quanto a esta Casa prestar contas: se hoje e o entendimento de muitos que aqui se manifestaram - os integrantes do TC não têm condições de exigirem, nós estamos entrando no terreno casuista de ver a pessoa que vai julgar e não aquele mecanismo que defendo.

Acho de que ninguém tem condições de dizer: "Aquele é um bom juiz", porque o Juiz se escolhe a dedo. Na medida em que se escolhe um Juiz a dedo, é um Tribunal de exceção e o que defendo, é um mecanismo permanente de um Poder, poder fiscalizar o outro.

Se eventualmente, se circunstancialmente, hoje no entendimento daqueles que aqui se manifestaram, o TC está integrado

por personalidades que lhe faltam respaldo moral para julgar, em nada isto compromete a tese aqui defendida, porque haverá amanhã, quando se restabelecer a moralidade pública nesta Nação, que ser integrado por homens competentes, probos e honestos e por isso então não vejo nas argumentações aqui levantadas, nada que possa contrariar a tese e quando argumentei nas palavras do Conselheiro João Feder, não o fiz por ser ele Conselheiro do Tribunal de Contas, mas por concordar com uma opinião estendida e com uma idéia. A idéia, a tese de que este Poder deve, efetivamente prestar contas, para ter condição, inclusive, de poder exigir dos demais poderes.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência concede um aparte nobre Deputado? (**Assentimento**).

Nobre Deputado Nilso Sguarezi, é bem verdade que nem todos os Deputados deste Poder, têm as condições técnicas e é bem possível mesmo que não tenha condição moral alguns deles para exercer o mandato que esta Casa de Leis, como Poder fiscalizador, deveria exigir de um membro que integra o Poder fiscalizador no nosso Estado.

Mas, Vossa Excelência, nobre Deputado, peca no seu pronunciamento em anunciar da tribuna uma fragilidade que é sua, uma fragilidade do Poder ao qual Vossa Excelência pertence. Enuncia um teorema, mas, não deduz a fórmula.

Vossa Excelência como membro do Poder fiscalizador que tem no Tribunal de Contas, um apêndice de fiscalização, que tem no Tribunal de Contas um órgão auxiliar, deveria primeiro meu nobre Deputado trazer da tribuna para solução dentro do colegiado digamos dos seus membros do Poder que fiscaliza a fórmula de eliminar a sua fragilidade, dizendo onde ela está e sugerindo medidas, nunca jamais, fazer da forma como Vossa Excelência está fazendo. Enunciando a fragilidade do Poder ao qual Vossa Excelência pertence. Abdicando de uma responsabilidade que o povo lhe deu, Vossa Excelência como todos nós, fomos para aqui trazidos, para exercer o Poder de órgão fiscalizador sobre todos os outros e com moral e capacidades suficientes, para fiscalizar a todos e como tal, e sobretudo e sobre maneira, fiscalizar a si próprio.

Nós temos condições, de modificar a sistemática interna de fiscalização deste Poder mas, jamais, Vossa Excelência haverá de encontrar apoio desse seu companheiro, para abdicar de uma responsabilidade para a qual aqui fomos trazidos.

Nós somos o poder fiscalizador, nós haveremos de fiscalizar e achar os erros onde estiverem e sobretudo os nossos próprios erros.

Aceito o tema de Vossa Excelência na tribuna de que alguma coisa deva ser feita neste Poder, no sentido de melhorar a sua capacitação como órgão de fiscalização, mas jamais vir à tribuna denunciar sua fragilidade de exercer o mandato para o qual nós fomos eleitos.

Quero pois, nobre Deputado dizer, que dentro da fragilidade do nosso poder fiscalizador talvez sim, tivéssemos que enunciar coisas que o Tribunal de Contas, devesse prestar contas e mais declaradamente a este Poder. Aí sim, porque coisas que lá são praticadas nós deveríamos saber mais de perto. Ouvi pelo autofalante da Casa, algum Deputado dizendo e repetido, das mordomias do Tribunal de Contas que lá existe e aqui não existe, das heranças tributárias que prestam de pai para filho.

Hoje, o Tribunal de Contas, que é um órgão auxiliar deste Poder, dita normas feudais, que outrora existia nesta Casa e que não existem mais mas, que nós herdamos, por ser um apêndice um órgão auxiliar deste Poder.

Nós herdamos os estilhados da opinião pública, porque nós devemos fiscalizar a eles e não o fazemos. Aí sim, nobre Deputado, devêssemos agüentar melhor e devêssemos vencer

melhor, as atribuições para as quais o povo nos trouxe neste Poder.

Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, necessito de alguns minutos a mais mesmo porque são dois projetos que estão em discussão e estou discutindo apenas um, regimentalmente.

Pediria a Vossa Excelência que tolerasse por mais três ou quatro minutos e eu concluiria, já a discussão do próximo.

Para concluir. Nobre Deputado Quielse, Vossa Excelência também é incoerente. Porque inicialmente começou dizendo que muitos nesta casa não têm moral para fiscalizar. E a seguir se arvorou em que a Casa tem condições de ser o Fiscal. A discussão vem desde Catão, que se arvorou sensor. E a interrogação é: quem sensura o sensor? Quem fiscaliza o fiscal?

O Sr. Quielse Crisóstomo — Vossa Excelência me dá possibilidade de rebater? (**Assentimento**).

Dizendo que, na denúncia da fragilidade de fiscalizar, Vossa Excelência se auto-denunciou. Porque Vossa Excelência diz da tribuna da sua incapacidade de fiscalizar, da sua - se Vossa Excelência quer que eu diga o nome, é o seu. Vossa Excelência diz da tribuna hoje, faz público e notório a sua denúncia de incapacidade de fiscalizar ao Tribunal de Contas e a si próprio.

Querendo delegar poderes que o povo delegou a Vossa Excelência, querendo dar ao Tribunal de Contas, prerrogativas que o povo lhe deu. É Vossa Excelência.

O SR. NILSO SGUAREZI — O povo não me deu prerrogativas para me fiscalizar; o povo não me deu esta prerrogativa. O povo me outorgou um mandato, para que dentro da minha concepção julgasse qual o melhor mecanismo para o Estado efetivamente estabelecer a justiça no meio social. Para efetivamente o dinheiro público ser bem aplicado. E entendo - e aí a minha tese, de que se nós somos fiscais alguém tem que nos fiscalizar; e o fiscal deste poder só pode ser o Tribunal de Contas. E disse bem, se hoje o Tribunal de Contas, eventualmente, circunstancialmente está integrado por homens que não têm esta capacidade? Não fere o princípio a que estou aqui defendendo; o princípio de que o fiscal tem que ter um fiscal sobre si. Este o princípio defendido aqui. E até agora não vi nada em contrário, contrariando este princípio de que todo fiscal tem que ter um fiscal. Por isso, Vossa Excelência defende uma tese de que quando o povo nos elegeu, nos deu a priori um poder ilimitado. E acho de que numa Democracia, onde a fonte legítima do poder é o povo, e este povo merece todas as explicações, é necessário que este Poder adote esta regra, altamente moralizadora de prestar contas. Não quero em absoluto dizer se o Tribunal de Contas hoje está integrado por homens que têm ou não têm condições de exercer fiscalização; se o Tribunal de Contas hoje tem ou não tem mordomia. O que defendo é este princípio. E não pretendo ser e nem ter a capacidade de dar a fórmula de como se fará isso, como exigiu o Deputado Quielse. De que enunciei um teorema e não fiz a dedução. Não tenho efetivamente a pretensão de dizer, de que maneira esta fiscalização pode ser exercida. Mas não vi nada que contrariasse o princípio, de que o fiscal, o que se arvora em fiscal, seja fiscalizado. Porque este é o primeiro da censura. Quem censura o censor? E nós vimos o tempo em que o Brasil esteve sob o tacão da censura as aberrações que se cometeram nesta Pátria, de ser até censurado um programa de televisão, programa da mais sublime arte do ballet, simplesmente porque um censor, entendeu, no subjeti-

vismo de que isso poderia constituir alta subversão. De que isto poderia abalar a Segurança Nacional. E isto, Srs. Deputados, não vi nada que contrariasse a minha tese.

Por isso, Sr. Presidente, fica o apelo do Deputado Adalberto Daros, em boa hora proferido, de que este Poder, por sugestão do eminente líder da bancada majoritária, poderia retirar de pauta e que tem todas as facilidades. Porque, sempre que aqui se pediu informações, esta tem sido a sistemática: o compromisso de trazer estas explicações. Não deixamos aprovar, mas tratemos as explicações.

Então, incorporo a sugestão de Vossa Excelência, para que o nobre Deputado Erondy Silvério, que tem todas as facilidades para conseguir junto à Secretaria das Finanças, traga as explicações sobre essa irregularidade, e também que sejamos coerentes em adotar princípios rígidos de fiscalização.

Porque se hoje, o eminente ex-Governador Jayme Canet Júnior não milita nas fileiras do Partido Situacionista, obrigação moral maior, tem a bancada do PDS em trazer as explicações, do que deixar a dúvida, para um homem que hoje, discordando e por a Bancada do PDS não tomar a posição de esclarecer, possam dúvidas surgir sobre o comportamento do ex-Chefe do Governo do Estado do Paraná.

Acredito que, efetivamente, a sugestão do Deputado Adalberto Daros é a solução digna que esta Casa pode ter e deve ter, inclusive para preservar a honorabilidade do responsável maior pelas contas do Governo do Estado do Paraná.

Concedo o aparte ao Deputado Deni Schwartz, para concluir.

O Sr. Deni Schwartz — Deputado Nilso, eu gostaria de voltar um pouco a discussão atrás, porque, de fato, nós estamos discutindo um assunto de alta indagação.

Há um vício, e este vício se estende daqui da Assembléia, até o menor dos municípios, a menor das Câmaras de Vereadores deste Estado, de que o Tribunal de Contas é constituído por Juízes e juízes eles não são.

Aliás, um dos atos sábios do atual regime, foi exatamente proibir o nome de "juiz" para os Conselheiros do Tribunal de Contas. Eles são meramente Conselheiros, eles não podem julgar nada, quem julga somos nós.

Eles têm que dar pareceres técnicos. É um órgão assessor. É um órgão composto, em princípio, de técnicos que vão nos dar o parecer, tanto assim que a maioria absoluta dos municípios do Paraná, se as Câmaras Municipais na maioria dos municípios fossem simples e puramente seguir os pareceres do Tribunal de Contas, não teríamos mais a maioria dos Prefeitos, que estariam na cadeia, porque a maioria dos pareceres são contrários à aprovação das contas.

Acontece que aí é que vem o julgamento feito pelas Câmaras ou por nós, Deputados. Julgamento esse, no qual o elemento, inclusive político, deve entrar, porque não seria justo cassar o prefeito, porque o Prefeito, em determinada época, comprou, digamos assim, duas madeiras para fazer uma ponte, e não tirou nota fiscal, porque obviamente não teria condições de tirar essa nota fiscal.

É lógico que o Tribunal de Contas deve apontar essa irregularidade contábil, mas caberá ao Vereador dizer: "Não, a ponte foi feita e está lá". Então, deixa de ser uma irregularidade. Juízes, somos nós.

Quanto à fiscalização, discordando com o Deputado Quielse, acho que, para nós dormirmos em paz, as nossas contas deveriam receber o parecer contábil, que é a missão do Tribunal de Contas, para que nós, aprovando ou não, pudéssemos dormir em paz. Porque nós, os Deputados, temos os maiores juízes que alguém possa ter.

É por isso que não temos mordomia.

Porque, se começarmos a sair de Gálaxie nas ruas, o povo vai ficar mais contra o seu Deputado, e nas próximas eleições ele não vota no seu Deputado.

Acontece que no Tribunal de Contas, que se transformou num Poder, acho que até acima do próprio Executivo, porque o Executivo é temporário, e eles são vitalícios, tanto assim que barganhas imensas são feitas para mudar os Conselheiros dos Tribunais quando muda o Governo, tanto assim que se arranjaram leis para se aposentar Conselheiros, rapidamente, para poder mudar a estrutura, assim como se faz a nível federal. Quanto entra um presidente, o que se faz? Procura-se mudar logo os gerais.

Nos Estados, procura-se logo mudar os conselheiros, os auditores dos Tribunais.

Então me parece, primeiro, que somos os fiscalizados — discordando portanto, de Vossa Excelência, porque somos fiscalizados diariamente, nas ruas, e de quatro em quatro anos, nas urnas.

Segundo, há que acabar com essa idéia de que o Tribunal de Contas seja, realmente, um tribunal. Não é. É um órgão assessor de contas. Poderia ser uma auditoria. Poderíamos até, — talvez fosse mais conveniente — contratarmos auditores particulares para verificar esse processo. E, baseados nisso, poderíamos dizer que o Tribunal de Contas poderia até não existir, o que seria até muito mais proveitoso, se contratássemos auditorias particulares.

No momento em que colocarmos em nossas cabeças, que os prefeitos e vereadores coloquem nas suas, que esses homens não são juízes, são meramente técnicos em contabilidade, a coisa estaria solucionada.

(Soam os tímpanos).

O SR. NILSO SQUAREZI — Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Adalberto Daros, solicitando a retirada dos Projetos de Resolução n.ºs 14 e 18/80, por 20 sessões, após oficiado à Secretaria das Finanças, resposta do desfalques havidos na Agência de Renda das Mercês, constantes dos processos. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos, atentamente, as colocações feitas quando da discussão desse projeto de resolução, pelo nobre Deputado Nilso Squarezi. É evidente que nós concordamos com grande maioria das afirmações que fez da tribuna, da análise que fez sobre os dois projetos de resolução, o nobre Deputado representante do PMDB, nesta Casa.

Todavia, discordamos — e não vamos repetir, para não nos tornarmos repetitivos — porque já dissemos em aparte, o Deputado Quielse Crisóstomo da Silva também externou o pensamento da grande maioria dos Srs. Deputados, com relação à fiscalização por parte do Tribunal de Contas, das contas deste Poder.

Não vamos, absolutamente, repetir aquilo que já foi dito que, de acordo com a Constituição do Estado, e aí realmente tem razão o nobre Deputado Deni Schwartz, o Tribunal de Contas não passa de uma simples auditoria fiscal, a serviço deste Poder, de acordo com o Art. 41 da Constituição do Estado.

Como nós também acreditamos na honorabilidade, no espírito público de todos os Srs. Deputados que já passaram, que pertencem e pertenceram, ou que pertencerão à Comissão de Tomada de Contas desta Casa, podemos dizer que dormimos tranqüilamente quanto à aplicação das verbas que recebemos deste Poder.

De resto, acho que todos os Srs. Deputados desta Casa também dormem tranqüilamente. Não seria um exame a mais, do auditor, de um Conselheiro do Tribunal de Contas, que iria modificar a validade da aplicação das verbas que os Srs. Deputados recebem do Poder Público.

Por que, também repito a pergunta: quem fiscaliza o fiscal? Quem fiscaliza o Tribunal de Contas? Nós recebemos, é evidente, as contas daquela Corte, no mesmo processo das contas do Sr. Governador, mas já com o parecer exarado. Quem fiscaliza o Tribunal de Contas?

Então, se nós chegarmos no início e buscarmos o fio da meada, nunca encontraremos, porque essa vida será sempre uma busca incessante, de quem tem ou não tem direito de fiscalizar. Acho que depende da consciência de cada homem público, a aplicação dos dinheiros públicos.

Nós vamos votar contrariamente, sem nos atermos ao que se verifica dentro do Tribunal de Contas, em matéria de moralidade administrativa, não vamos absolutamente atermos nesta questão, porque evidentemente não temos provas das irregularidades que lá se praticam.

Essa história de dizer que a filha do Conselheiro ganha Cr\$ 100.000,00 por mês, é um problema do Conselheiro, é um problema de foro íntimo de um homem que não teve o pejo de nomear a sua própria filha para uma Corte da qual ele era o Presidente.

É uma questão de foro íntimo, e eu não vou entrar nesse mérito.

Apenas vou dizer ao Deputado Nilso Squarezi, que esta Casa jamais mandará as suas contas, a este Tribunal que não tem condições de analisar as nossas contas, que os Srs. Deputados que compõem a Assembléia Legislativa do Estado têm consciência do seu posicionamento, tem consciência de suas responsabilidades para com a coletividade paranaense.

As nossas contas estão aí para serem analisadas, examinadas. Apenas não podemos enviar essas contas a nossos auxiliares para nos dizer o que deveremos ou não fazer. É um princípio de autoridade, da qual não abdicaremos, e dormimos tranquilos.

Podem ficar certos, os nobres Deputados Nilso Squarezi e Deni Schwartz, nós dormimos tranquilos, porque temos a consciência daquilo que praticamos nesta Casa.

O Sr. Nilso Squarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Com todo o prazer.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) No encaminhamento de votação não há aparte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Lamento que o dispositivo regimental me impeça de ouvir o aparte de Vossa Excelência, que para mim sempre foi honroso.

Nós vamos votar contrariamente ao requerimento do Deputado Adalberto Daros, embora reconheçamos a utilidade de seu requerimento, porque achamos que essa irregularidade apresentada pelo Tribunal de Contas, que não deveria ter aprovado as contas — mas aprovou — achamos que essa irregularidade é apenas uma operação contábil, é evidente que o Governo do Estado da época — não tenho procuração para defender o governo da época — determinou a abertura de inquérito administrativo e policial. É evidente que deve ter afastado das funções e entregue à Justiça Comum o peculatório, isso é evidente. Não adianta jogar uma cortina de fumaça sobre um assunto desses.

Agora, contabilmente, deve estar aberto, porque não houve o ressarcimento. Talvez o cidadão que botou a mão no jarro, não tivesse condições de fazer o ressarcimento e deve estar contabilmente em aberto essa importância que foi desviada da Agência de Rendas Mercês.

Essa, a meu ver, não é uma razão para que esta Casa não aprecie as contas do ex-Governador Canet Júnior, pela sua tradição de honradez, pela extraordinária administração que fez neste Estado, pelos esforços que ele dispendeu em favor da gente paranaense.

Nenhuma outra irregularidade foi constatada nas contas do Governador Canet Júnior, da sua administração propriamente dita, e é isto que a Casa está apreciando, as contas da Admi-

nistração Canet Júnior, durante os exercícios de 77/78.

Se, nessas contas, contas de responsabilidade direta do ex-Governador Canet Júnior, estivessem eivadas de irregularidade, de provas de mau emprego dos dinheiros públicos, é evidente que a Bancada do PDS votaria, de bom grado, o requerimento do nobre Deputado Adalberto Daros.

Entretanto, reconhecendo o espírito público do nobre Deputado autor do requerimento, a nossa bancada, com muito prazer, subscreverá e votará um Pedido de Informações à Secretaria de Finanças, para que dê realmente a posição contábil, a posição jurídica, a posição administrativa do desfalque verificado na Agência das Mercês. Porque a nossa bancada não interessa acobertar corruptos na administração pública, interessa, isto sim, entregá-los ao julgamento da opinião pública e da Justiça.

Mas este fato, não invalida, como já disse, as contas do ex-Governador Canet Júnior, e esta Casa, estaria prestando um desserviço à coletividade, se protelasse a apreciação de contas de um homem que saiu do Poder cercado pelo respeito, pelo carinho e admiração do povo paranaense, que viu em Sua Excelência, um administrador acima de tudo, capaz e honesto.

Estas, exclusivamente, as razões que nos levam a rejeitar o requerimento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Escutei com atenção o nobre líder do PDS, quando disse que nós devemos ter consciência nas responsabilidades.

Exatamente por isso, Sr. Presidente, é que fizemos esse requerimento. Agora, gostaríamos de colocar para esta Casa, de que este rombo havido e colocado pelo Deputado Nilso Squarezi, não é do Governo Jayme Canet, e sim do Governo constatado neste Estado, do Sr. Haroldo Leon Peres, de 1971.

Razão pela qual, Sr. Presidente, gostaria que o nobre Líder do Governo trouxesse na sessão de amanhã, um Pedido de Informações à Secretaria das Finanças, e teríamos o imenso prazer em subscrevê-lo.

Sr. Presidente, nestas condições, retiramos o nosso requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere o pedido do Deputado Adalberto Daros.

Continua em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente.

Eu só queria colocar alguns pontos de vista, externados pelo nobre Líder do PDS.

Realmente, nós não nos submetemos de forma alguma, ao julgamento do Tribunal de Contas, porque não o consideramos um tribunal. Quem julga, somos nós. O que nós queremos, é o parecer do Tribunal de Contas sobre as nossas contas. Porque, basta o seguinte: todos os Srs. Deputados daqui, não se assessoram, e a Mesa não se assessoram com uma diretoria competente para isso, não quer dizer que estejamos subordinados aos funcionários que dão os seus pareceres também nas contas aqui internamente, na Assembléia.

É isso que estou pretendendo dizer, o Tribunal de Contas não pode julgar contas, dar um parecer e, nessa linha de pensamento, Srs. Deputados, me parece prévio, me parece que nós estamos laborando inclusive nesses anos todos, num erro. Porque, somente nós, a Assembléia, ao julgarmos as contas de 77 e as anteriores, desde 71, segundo o nobre Deputado Daros,

poderíamos, através do parecer daqui eliminarmos esses rombos de caixa.

Desde que a Secretaria das Finanças informe de que não há condições de punir os culpados; de que não há possibilidade mais da recuperação desse dinheiro, me parece que só a nós cabe eliminarmos este aí.

O Tribunal de Contas, neste particular, está certo. Ele vai até o ano dois mil, ele vai repetir isso, porque não demos baixa deste déficit, deste rombo dessa agência bancária.

Parece-me que aí, nesta situação, é que nós — visto o parecer do Tribunal de Contas —, poderíamos determinar o arquivamento e a compensação desta conta, eliminando isto, que terá de voltar todos os anos seguidos, naturalmente baseados na informação da Secretaria das Finanças. Se não fizermos isso, aí sim, estaremos abrindo mão do nosso poder de julgar as contas. Parecer prévio é uma coisa, julgamento é outra. Não me submeto ao julgamento do Juiz, porque juiz não é. São Conselheiros. Não me submeto. Mas as minhas contas, eu acho que devem ter um parecer técnico, para que então o colegiado possa julgá-las.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está em votação.

O SR. NILSO SQUAREZI — (Para encaminhar) Sr. Presidente, rapidamente, só quero ler os trechos da Constituição do Estado.

“O controle externo da Assembléia Legislativa será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, e compreenderá a apreciação das contas do Governador, o desempenho das funções da auditoria financeira e orçamentária, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.”

Parágrafo 2.º, do Artigo 39: “O Tribunal de Contas dará parecer prévio, em 60 dias, sobre as contas que o Governador prestar anualmente. Não sendo estas enviadas dentro do prazo, o fato será comunicado à Assembléia Legislativa, para os fins de direito, devendo, aquele Tribunal, em qualquer caso, apresentar minucioso relatório do exercício financeiro encerrado”.

E aqui, Sr. Presidente, específico para o Poder Legislativo. Parágrafo 3.º, do Artigo 39:

“A auditoria financeira e orçamentária será exercida sobre as contas das unidades administrativas dos Três Poderes do Estado, que para esse fim, deverão remeter demonstrações contábeis ao Tribunal de Contas, a quem caberá realizar as inspeções necessárias. O julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis, será baseado em levantamentos contábeis, certificados de auditoria e pronunciamento das autoridades administrativas, sem prejuízo das inspeções mencionadas no parágrafo anterior”.

Portanto, Sr. Presidente, muito bem esclareceu o nobre Deputado Deni Schwartz. Não se trata de dar ao Tribunal de Contas o poder de julgar as contas desta Casa. Trata-se de cumprir um dispositivo constitucional, de remeter àquela Casa, para receber um parecer técnico. Exclusivamente é isso. E a isso é que esta Casa está e vem desobedecendo o princípio constitucional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Continua em votação o Projeto de Resolução nº 14/80.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 15/80, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, que aprova contas do Governador do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1977. Parecer Favorável da C.T.C., por unanimidade. —

Aprovado.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 36/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 25/80), que aprova os Termos de Renovação dos Convênios celebrados pelo Estado do Paraná com os Municípios que especifica, através da Secretaria de Estado do Planejamento, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 37/78, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 36/80), que aprova o Termo de Renovação ao Convênio nº 53/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de CURITIBA, objetivando a execução de obras necessárias ao desenvolvimento da infraestrutura urbana da Capital do Estado, constantes do “Programa Especial de Investimentos Urbanos na Região Metropolitana de Curitiba, Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 67/79, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DOS ALCOÓLATRAS DE APUCARANA”, com sede e foro na cidade de Apucarana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 115/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de CONGOINHAS, o Rolo Compressor que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 194/79, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que dispõe sobre transferência de área territorial de um para outro município, dependendo da lei especial, após a comprovação dos requisitos e observância das formalidades estabelecidas nesta lei. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. —

Sobre o referido projeto de lei, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Antônio Facci e Basílio Zanusso, solicitando o adiamento por vinte (20) sessões, da discussão e votação do mencionado projeto. Em votação. —

(Fica adiada a discussão e votação do Projeto de Lei nº 194/79, por vinte (20) sessões.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 31/80, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a “CARITAS PAROQUIAL DE CLEVELÂNDIA” com sede e foro na cidade de Clevelândia. Parecer Favorável da C.C.J., na forma do Substitutivo Geral, por unanimidade. —

Aprovado pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 42/80, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública o Centro Espírita “CAMINHO, VERDADE E VIDA”, com sede e foro na cidade de Araucária. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -

Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 46/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública o “SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA DA IGREJA PEN-TECOSTAL FILADELFIA”, com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -

Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa,

requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da ex-Deputada Adalgisa Nery, ocorrido no Rio de Janeiro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Belmiro Teixeira Pimenta, ocorrido em Cuiabá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. Benedito Moreira, que nesta data recebe o título de "Cidadão Honorário de Jacarezinho". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Dr. José Fontes de Noronha, ex-eminente Chefe da 19ª Unidade Sanitária da cidade de Jacarezinho e demais autoridades, pelos relevantes trabalhos realizados como profissional dentro de sua área de trabalho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, no sentido de que o mesmo designe um Preparador Eleitoral para prestar serviços nesta Casa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcelino Meneguzzi, ocorrido em Cascavel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, no sentido de que determine a construção de um polo esportivo no Município de Rio Negro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao órgão "A Hora do Estudante", editado pela União Paranaense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus, pela linha independente, objetiva e crítica que vem adotando. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor da PARANATUR, encarecendo informações sobre a exploração da Ilha do Mel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Recursos Humanos, bem como ao Sr. Governador do Estado, encarecendo que seja incluído no plano de reclassificação de cargos do Estado, a profissão de Biólogo. —

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Movimento denominado de "Juventude Cristã Democrática". — Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para discutir.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos srs. Presidente da República, Ministro dos Transportes e Governador do Estado, encarecendo a construção de um ramal ferroviário da Ferrovia da Soja, ligando Cascavel a Foz do Iguaçu. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ruben Valduga, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Presidente da República, Governador do Estado e demais autoridades, no sentido de que envidem esforços em favor da disseminação nacional das microdestilarias, com o intuito de viabilizar e agilizar a produção de álcool. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Educação e Diretor de Assuntos Universitários, encaminhando denúncias feitas pela Câmara Municipal de Apucarana. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário da Segurança Pública e Diretor da Polícia Civil, enfatizando a necessidade de serem tomadas as providências quanto à precariedade do instrumental de que dispõe os órgãos de segurança pública da cidade de Maringá. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, alertando-o sobre a cessão de área da Ilha do Mel. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de aplausos a Hermes Macedo S/A, pela inauguração de duas lojas na cidade de Paranavaí. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) Sr. Presidente, requerio verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 36 e 37/80, e de Lei nºs 67 e 115/79, 31, 42 e 46/80.

Levanta-se a sessão.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Departamento Legislativo

Coordenadoria de Imprensa Legislativa